

Celestino Jorge Fortes Moreno

Desenvolvimento Comunitário, Serviço Social e Mediação Social

Papel do Assistente Social como Mediador Social no Processo de Desenvolvimento Comunitário

Universidade Jean Piaget de Cabo Verde

Campus Universitário da Cidade da Praia
Caixa Postal 775, Palmarejo Grande
Cidade da Praia, Santiago
Cabo Verde

30.4.12

Celestino Jorge Fortes Moreno

Desenvolvimento Comunitário, Serviço Social e Mediação Social

Papel do Assistente Social como Mediador Social no Processo de Desenvolvimento Comunitário

Universidade Jean Piaget de Cabo Verde

Campus Universitário da Cidade da Praia
Caixa Postal 775, Palmarejo Grande
Cidade da Praia, Santiago
Cabo Verde

30.4.12

Celestino Jorge Fortes Moreno, autor da monografia intitulada Desenvolvimento Social, Serviço Social e Mediação Social, declaro que, salvo fontes devidamente citadas e referidas, o presente documento é fruto do meu trabalho pessoal, individual e original.

Cidade da Praia, aos 30 de Abril de 2012
Celestino Jorge Fortes Moreno

Memória Monográfica apresentada à Universidade Jean Piaget de Cabo Verde como parte dos requisitos para a obtenção do grau de licenciatura em Serviço Social.

Sumário

Com o presente trabalho pretendemos demonstrar algumas teorias relacionadas com o tema *Desenvolvimento Comunitário, Serviço Social e Mediação Social* através dos trabalhos teóricos e práticos com as populações socialmente mais desfavorecidas (crianças, mulheres, idosos e famílias), relacionadas com as suas vidas activas e sociais, ou seja, promover um trabalho Com e Para a comunidade.

Como forma de encontrar resposta às necessidades sociais de uma determinada comunidade, procuramos perceber como é possível promover uma cultura de desenvolvimento social e comunitário. Para isso partimos do pressuposto de que a população de uma comunidade tem maturidade na tomada de consciência das suas necessidades e nas propostas que tem para a resolução dos seus problemas, no sentido de as mesmas serem capazes de fazerem uma avaliação sobre o presente e projectar o futuro.

Desta forma, tencionamos demonstrar que é possível assegurar a democracia para todo o processo de desenvolvimento social e comunitário, a partir da identificação das necessidades sociais de uma determinada comunidade, com planeamentos e intervenções direccionados para um desenvolvimento eficiente, o que contribuirá para melhoria dos interesses da comunidade.

Assim, o trabalho focaliza-se sobre a realidade cabo-verdiana onde se pretende mostrar o papel do Assistente Social como mediador social no processo de desenvolvimento comunitário. Daí a pergunta de partida: qual é o papel do Assistente Social como mediador social entre as instituições sociais/organizações/ONG's e as comunidades beneficiárias de projectos sociais no processo de desenvolvimento comunitário?

Procuramos conhecer a história do Serviço Social em Cabo Verde, para conseguirmos perceber qual a importância que este teve no processo de desenvolvimento das comunidades cabo-verdianas.

Dedicatória

Dedico este trabalho ao meu pai Jorge Ramos Moreno e à minha mãe Maria Anunciação Vieira (Ritinha), agradecer-lhes pela boa educação que me deram, pois consegui ser o que sou hoje. Não esquecendo que o passado faz parte de minha vitória, uma vez que aprendi que um homem tem de lutar para conseguir o que quer e tem de amar para conseguir ser feliz.

Agradecimentos

Agradeço a Deus, de uma forma particular, pela fé, pela minha determinação e força encontrada ao longo da minha vida;

Aos meus pais, Jorge Ramos, Moreno e Maria Anunciação Vieira que dignamente contribuíram para a realização deste trabalho, os quais me apoiaram, não só economicamente nas despesas durante os quatro anos do curso, mas também pelo amor, carinho, amizade, força e coragem;

À minha Orientadora, Prof.^a Mestre Carla Indira Semedo, que me deu a liberdade de escolher este tema, pela sua forma crítica de me aconselhar no desenvolvimento do trabalho;

Às Assistentes Sociais (Dr.^a Ângela Fortes Dr.^a Jandira Barros, Dr.^a Juvelina Monteiro, Dr.^a Maria Ana Paula Fortes e Dr.^a Maria Madalena Tavares) que deram entrevistas e apoiaram na realização do trabalho;

Às minhas Irmãs (Anabela Moreno, Celestina Moreno, Maria Emília Moreno e Odeth Ramos) que sempre apoiar-me nos meus estudos;

Aos meus Colegas e Professores pela oportunidade de trabalharmos juntos ao longo destes quatro anos;

Às Professoras Eliana Bispo e Maria Luísa Lamas pela paciência e tempo disponibilizado em responder aos meus e-mails e a todos os que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

ÍNDICE

Introdução	13
1.1 – Metodologias	15
1.2 – Técnicas	16
1.3 – Problemática	17
1.4 – Estrutura do trabalho.....	19
Capítulo 1: Marco teórico e conceptual de referências	22
1.1 – Desenvolvimento.....	23
1.2 – Comunidade.	24
1.3 – Desenvolvimento Comunitário.....	26
1.3.1 – Organização comunitária.	29
1.3.2 – Serviço Social de comunidade.	30
1.4 – Serviço Social.....	30
1.4.1 História e conceito.....	30
1.5 – Mediação Social.	36
Capítulo 2: Serviço Social em Cabo Verde	38
2.1 – História do Serviço Social em Cabo Verde.....	40
2.1.1 – O Surgimento do Serviço Social em Cabo Verde.	40
2.1.2 – O que é Serviço Social em Cabo Verde?	46
2.1.3 – Código de ética e organizações/associação de Serviço Social em Cabo Verde.	49
2.1.4 – Dificuldades profissionais.	51
2.1.5 – A construção da identidade profissional do Serviço Social em Cabo Verde.	52
Capítulo 3 : ONG’s cabo-verdianas no desenvolvimento comunitário.	54
3.1 – Caracterização das ONG’s cabo-verdianas.	55
3.2 – ACRIDES.....	59
3.2.1 – Papel do Assistente Social da ACRIDES no Desenvolvimento Comunitário.	62
3.2.2 – Comunidade de Achada Grande Trás.....	66
3.2.3 – A actuação da ACRIDES na comunidade de Achada Grande Trás.	67
3.2.3.1. – Actividades desenvolvidas na comunidade de Achada Grande Trás.	68
Capítulo 4 : Relação entre Desenvolvimento Comunitário e Serviço Social em Cabo Verde.	70
4.1 – Associação Zé Moniz.....	71

4.1.1 – Centro Espaço Aberto.....	72
Conclusão	76
Bibliografia	81
ANEXOS	83

ÍNDICE DOS GRÁFICOS

Gráfico nº 1 – Repartição das ONG's por ilhas.....	53
Gráfico nº 2 – Domínios específicos de intervenção.....	54

SIGLAS

ACRIDES – Associação das Crianças Desfavorecidas

AZM – Associação para Solidariedade e Desenvolvimento Zé Moniz

CAS – Comissões de Acções Sociais

CMP – Câmara Municipal da Praia

DGJ – Direcção Geral de Juventude

ICCA – Instituto Cabo-verdiano de Crianças e Adolescentes

ME – Ministério de Educação

MTFSS – Ministério do Trabalho Família e Solidariedade Social

OCB's – Organizações Comunitárias de Base

ONG – Organizações não governamentais

OSC – Organizações da Sociedade Civil

VERDFAM – Associação Cabo-verdiana para a Protecção da Família

Introdução

O que ambicionamos realizar nesta memória final é a apresentação de um estudo claro e objectivo, que seja fundamental, importante e útil na nossa vida profissional, o que aliás motiva e justifica o tema do trabalho: ***“Desenvolvimento Comunitário, Serviço Social e Mediação Social”***.

Sendo assim, pela demonstração teórica e prática da profissão do Serviço Social no mundo, numa configuração social e histórica perante o seu posicionamento político, ético e metodológico, a pertinência deste tema para Cabo Verde vincula-se ao seu passado, presente e futuro, sabendo que o mesmo se encontra numa fase fluente do seu desenvolvimento. Cabo Verde é um país jovem, mas tem desenvolvido alguns programas vinculados ao desenvolvimento comunitário, procurando que esse desenvolvimento seja feito tanto a nível económico, como social, político e cultural

Por outro lado, o surgimento do curso Serviço Social em Cabo Verde e a relação que este estabelece com a própria sociedade, no que diz respeito ao seu campo de actuação, abrangendo vários segmentos e metodologias têm vindo a desenvolver bastante a prática de Serviço Social. Assim, este trabalho surge como uma forma de demonstrar a relação existente entre o desenvolvimento comunitário e o Serviço Social perante o processo de mediação social.

Desta forma, com o desenvolvimento da prática profissional do Serviço Social em Cabo Verde, poder-se-á chegar à resolução dos problemas e das necessidades sociais, numa perspectiva do desenvolvimento comunitário, a partir de um processo de mediação social, com a elaboração e execução de políticas públicas eficazes e objectivas que promovam a transformação e a mudança social. O trabalho pretende chamar a atenção à posição dos Assistentes Sociais como mediadores sociais no processo de desenvolvimento comunitário.

Tudo isto vincula-se aos limites e potencialidades do desenvolvimento comunitário em Serviço Social no processo de mediação social, e das estratégias para o desenvolvimento das comunidades em Cabo Verde.

O desenvolvimento comunitário situa-se a partir de um processo histórico, político, social, cultural e económico de Cabo Verde, demonstrado pela transição política democrática e pela própria independência do país.

Entretanto, procuramos desenvolver ao longo do trabalho a presença profissional do Assistente Social inserido no mercado de trabalho, reflectindo sobre a sua actuação profissional antes e depois da independência de Cabo Verde. Tudo isto implica conhecer e reconhecer a história do Serviço Social em Cabo Verde, juntamente com a importância atribuída a este profissional no país.

Todavia, na perspectiva do desenvolvimento comunitário, o Assistente Social sendo um mediador social, trabalha num espaço de promoção da cultura da paz, da cidadania e do respeito pelos direitos humanos. Até porque através da paz pode criar-se um ambiente de participação e de comunicação, onde os indivíduos possam interagir e garantir o bem-estar social.

Com isto, verificamos que os projectos de desenvolvimento comunitário devem estar abertos à participação de todos os cidadãos, tornando-os mais conscientes da sua realidade, participando sobretudo nas formas de eliminação das violências, principalmente aquelas que advêm das violações dos direitos humanos e da falta de acesso a todos os bens e serviços que são socialmente indispensáveis.

Os seres humanos vivem e sobrevivem no seu dia-a-dia segundo posições sociais contraditórias, visto que se encontram num ambiente de desigualdade social e de exclusão social. Neste processo de intervenção social, as ONG's e as instituições sociais trabalham

com as questões das intervenções comunitárias a partir dos centros e associações comunitárias, dando assim respostas às necessidades e aos problemas existentes dentro de uma determinada comunidade.

Ambicionamos ainda desenvolver neste trabalho monográfico o conceito da mediação social e a sua prática no campo da actuação do Serviço Social, abordando as suas características, finalidades, objectivos, modelos e práticas. Deste modo, implica trabalhar os elementos que constituem a estrutura da mediação social e como essa prática se constitui no contexto institucional numa demanda do Serviço Social. Enfim, pretendemos trabalhar o carácter instrumental e específico da mediação social sobre o quotidiano profissional do Assistente Social.

Perante tudo isto, o que necessariamente pretendemos trabalhar é a questão do desenvolvimento comunitário no espaço da mediação social e até que ponto o papel do Assistente Social nos remete à categoria de mediação social definida. A associação do conceito do Serviço Social ao tema, surge porque este permite e possibilita trabalhar e interligar o conceito do desenvolvimento ao da mediação social. Na verdade, a comunidade, ao longo da história do Serviço Social, foi objecto do trabalho e da sua intervenção uma vez que a mediação social se constitui como um instrumento do trabalho social.

A partir daí, salientamos que o papel do Assistente Social, vinculado a uma Instituição social, ONG's ou Associação comunitária como mediador social, está sobretudo direccionado à elaboração, execução, implementação e avaliação das políticas sociais e à defesa dos direitos humanos, principalmente quando os indivíduos de uma determinada comunidade se encontram numa situação de exclusão social.

1.1 – Metodologias

Para a realização do trabalho, optamos por fazer uma pesquisa qualitativa, com o objectivo de recolher dados qualitativos que justificam a história do Serviço Social em Cabo Verde e conhecer as actuações do Centro Espaço Aberto – Safende e da Associação das Crianças Desfavorecidas (ACRIDES). Sendo assim, esta pesquisa nos permitiu ter um conhecimento aprofundado e detalhado sobre os dados obtidos através das entrevistas realizadas e documentos pesquisados.

Partindo do princípio da compreensão do papel do Assistente Social como mediador social no processo de desenvolvimento comunitário, apoiámo-nos nas seguintes metodologias para desenvolver o presente tema:

✚ **Pesquisa bibliográfica** – Analisámos alguns autores que focam as suas teorias ligadas a este trabalho, principalmente ao Desenvolvimento Comunitário, Serviço Social e Mediação Social.

✚ **Pesquisa documental** – a pesquisa feita permitirá conhecer os conceitos do desenvolvimento, desenvolvimento comunitário, comunidade, mediação social e Serviço Social que vão ser trabalhados durante o desenvolvimento do enquadramento teórico. Desta forma, pretendemos analisar algumas escritas que fazem parte da história e da prática profissional do Serviço Social em Cabo Verde dentro do processo do desenvolvimento comunitário no espaço da mediação social.

Um outro aspecto relevante que orientou o presente trabalho é a preocupação de usar contributos de diversas teorias científicas para interligar as leituras documentais que acabaram por se complementar.

1.2 – Técnicas

No universo da nossa pesquisa de estudo, procuramos compreender o papel do Assistente Social como mediador social no processo de desenvolvimento comunitário. Assim, tivemos que recorrer à história do Serviço Social em Cabo Verde, à caracterização das ONG's cabo-verdianas, ao papel do Assistente Social da ACRIDES no processo de desenvolvimento comunitário e à relação entre o Serviço Social e o desenvolvimento comunitário.

Na pesquisa de campo utilizámos as seguintes técnicas:

✚ **Entrevista semi-estruturada com perguntas abertas** – com esta técnica pretendemos conhecer a história da prática do Serviço Social em Cabo Verde antes e depois da independência, ter contacto com os primeiros e os actuais Assistentes Sociais do país, assim como os que trabalham directamente nas instituições públicas e/ou privadas. A escolha da entrevista semi-estruturada com perguntas abertas justifica-se pelo facto de no decorrer das entrevistas poderem surgir novas questões.

As entrevistas foram baseadas num guião de entrevista limitado apenas aos Assistentes Sociais. Neste sentido, todos os dados fornecidos pelas Assistentes Sociais, foram submetidos a um tratamento e análise.

✚ **Observação participante** – esta, por sua vez, permite-nos observar o processo de desenvolvimento comunitário a partir do estágio académico realizado na Associação Zé Moniz, mais concretamente no Centro Espaço Aberto da comunidade de Safende.

1.3 – Problemática

Em todas as sociedades existem fenómenos ou problemas sociais que dificultam o desenvolvimento social e que impedem o melhoramento das condições de vida das pessoas pertencentes a uma determinada comunidade. Neste sentido, em muitos casos existem direitos sociais que são violados e falta de um ambiente social favorável, bem organizado pelas associações comunitárias e movimentos sociais que promovem desenvolvimento comunitário, vinculado a um projecto político, económico, social e cultural são indispensáveis para a transformação da realidade das comunidades de acordo com os seus recursos. Isso demonstra-nos que as questões sociais estão presentes em todas as sociedades e ao mesmo tempo manifestam-se e expressam-se em desigualdades sociais.

Cabo Verde é considerado um país de desenvolvimento médio, por isso, tem de desenvolver políticas sociais com ferramentas e estratégias para o desenvolvimento comunitário, através das associações comunitárias, instituições sociais e ONG's que trabalham directamente com as comunidades, conjuntamente com a participação activa dos Assistentes Sociais.

Quando se fala em objecto prático do trabalho do Serviço Social como uma profissão, fala-se logo da questão social. No entanto, o Serviço Social desenvolveu-se ao longo dos últimos anos, alastrando-se e chegando a vários países. E por serem realidades sociais diferentes, variando de uma sociedade para outra, de acordo com os seus aspectos históricos, culturais, religiosos, sociais, políticos e económicos, permitem uma intervenção social diferenciada.

Na tentativa de dar respostas à minimização e/ou eliminação desses problemas, surgem ONG's que trabalham directamente com as comunidades, Associações Comunitárias e Instituições Sociais e que desenvolvem projectos de intervenção social no desenvolvimento comunitário.

Cabo Verde não foge à regra, existindo várias ONG's e Associações Comunitárias que trabalham directamente com as comunidades, a nível local e regional e que abrange sobretudo uma área nacional de intervenção nas comunidades, promovendo não só o desenvolvimento destes, mas, o desenvolvimento de todo o território nacional.

Também, nos últimos tempos, temos notado o agravamento de determinados problemas sociais (delinquência juvenil, violência doméstica, abandono infantil e escolar, jovens e idosos, entre outros) nas comunidades cabo-verdianas, os quais precisam de ser resolvidos e/ou minimizados. Como resposta a esses problemas, surgem algumas associações com centros de intervenção comunitária que têm como objectivo dar resposta aos problemas e necessidades das comunidades beneficiárias, visando a melhoria das condições de vida das mesmas, através de projectos sociais.

Neste contexto, verifica-se a necessidade de trabalhar o papel dos Assistentes Sociais vinculados às instituições sociais, ONG's, e associações comunitárias, as quais visam promover o bem-estar social e a melhoria das condições de vida nas comunidades.

Por todas estas razões, o **objecto de estudo** do trabalho é:

🚩 Papel do Assistente Social como Mediador Social no Processo de Desenvolvimento Comunitário.

Pois, o que objectivamos analisar neste trabalho, circunscreve-se ao papel do Assistente Social como mediador social entre as instituições sociais/organizações/ONG's e as comunidades beneficiárias de projectos sociais, no processo de desenvolvimento comunitário nos centros comunitários urbanos. Tudo isto permitirá abordar o desempenho deste profissional, tanto nas instituições públicas como nas privadas e a sua contribuição no processo de desenvolvimento comunitário e de Cabo Verde em si.

Deste modo, implica demonstrar a relevância deste profissional na construção do desenvolvimento comunitário dentro do espaço da mediação social, sobretudo o impacto dos centros de intervenção comunitária nas comunidades urbanas. Sendo assim, uma outra questão que objectivamos demonstrar neste estudo é a representação social do Assistente Social na sociedade cabo-verdiana.

Daí que definimos como **pergunta de partida:**

✚ Como se dá o papel do Assistente Social na relação entre as instituições sociais/organizações/ONG's e as comunidades beneficiárias de projectos sociais no processo de desenvolvimento comunitário?

Objectivo geral.

✚ Conhecer o papel desempenhado pelo Assistente Social como mediador social no processo de desenvolvimento social e comunitário nos centros comunitários urbanos.

Objectivos específicos.

✚ Analisar a importância da prática profissional dos Assistentes Sociais nos centros de intervenção comunitária para o desenvolvimento das comunidades urbanas;

✚ Analisar o impacto da intervenção profissional dos Assistentes Sociais que actuam nos projectos de desenvolvimento comunitário executados pelas ONG's cabo-verdianas;

✚ Caracterizar a mediação social no processo de desenvolvimento comunitário;

✚ Analisar a importância das concepções e práticas da mediação social em Serviço Social como uma das estratégias do desenvolvimento comunitário.

Hipótese:

✚ A mediação social constitui um método na prática profissional do Assistente Social no processo de desenvolvimento comunitário.

1.4 – Estrutura do trabalho

Estruturámos o trabalho em quatro capítulos, a fim de melhorar a compreensão do mesmo, começando com a parte introdutória que inclui: apresentação, construção do objecto de estudo, metodologia, pergunta de partida, hipótese, variáveis e indicadores, objectivos gerais e específicos.

No primeiro capítulo abordamos a construção da definição da problemática que é considerada como a base do desenvolvimento e da própria compreensão do trabalho. Na primeira parte do capítulo apresentam-se os conceitos teóricos sobre o desenvolvimento,

desenvolvimento comunitário, comunidade, Serviço Social e a Mediação Social, que considerámos fundamentais para a estruturação do trabalho. Procurámos abordar, problematizar, interligar e relacionar os mesmos, na perspectiva de compreender cada um dos conceitos definidos por cada autor citado.

Em seguida, no segundo capítulo procurámos aprofundar-nos sobre a prática do Serviço Social em Cabo Verde, a sua história e o seu percurso sócio profissional, tanto antes como depois da independência do país e considerámos que devia implicar o papel, a importância e o contributo dos Assistentes Sociais no desenvolvimento de Cabo Verde, de acordo com a sua representação social. Para além disso, trabalhamos a história do desenvolvimento comunitário em Cabo Verde, assim como a história da prática da mediação social.

A par disso, entendemos ser pertinente, apresentar o significado da profissão de Serviço Social em Cabo Verde, ou seja, como é que os cidadãos cabo-verdianos vêem os profissionais de Serviço Social com base nas entrevistas realizadas.

No terceiro capítulo apresentamos a abordagem das ONG's cabo-verdianas no processo de desenvolvimento comunitário. Procurámos partir da caracterização da ACRIDES e mais concretamente no centro comunitário na comunidade de Achada Grande Trás. De uma certa forma, este capítulo permite compreender o papel do Assistente Social da associação no desenvolvimento da comunidade, de acordo com as actividades desenvolvidas.

No quarto capítulo, trabalhamos a relação existente entre o Desenvolvimento Comunitário e o Serviço Social. Sendo assim, debruçámo-nos na forma como a Associação Zé Moniz trabalha o desenvolvimento da comunidade de Safende a partir do Centro Espaço Aberto¹. Tudo isto nos permitiu compreender como se processa o desenvolvimento comunitário a partir do centro, dentro de um espaço urbano.

Assim, este capítulo dá-nos uma certa autonomia em relacionar o campo de estágio e as teorias abordadas durante o curso, como uma forma de nos debruçar-mos sobre ideias e discussões acerca do tema do trabalho.

Finalmente, a conclusão engloba uma síntese analítica dos objectivos traçados para realização deste trabalho, avaliando se obtivemos resultados positivos durante a realização

¹ O Centro Espaço Aberto é fruto do projecto “Promoção da inserção sócio-profissional e prevenção de condutas de risco entre crianças e jovens vulneráveis da Cidade da Praia”.

do mesmo e onde se poderá confirmar ou negar a hipótese levantada na realização do mesmo.

Capítulo 1: Marco teórico e conceptual de referências

Este capítulo tem como finalidade definir e relacionar os conceitos (Desenvolvimento, Comunidade, Desenvolvimento Comunitário, Organização Comunitária, Serviço Social de Comunidade, Serviço Social, e Mediação Social) a serem trabalhados, implicando uma maior compreensão dos mesmos, perante a relação que estes mantêm com o trabalho e da sua importância para o mesmo. Deste modo, de acordo com alguns autores como Carmo (1999), Payne (2002), entre outras, pretendemos defini-los tendo em consideração os aspectos relevantes e pertinentes, para uma construção científica deste trabalho.

Sendo assim, consideramos que este capítulo contribuirá para uma melhor reflexão deste trabalho, uma vez que será importante clarificar e contextualizar os conceitos a serem trabalhados.

Baseamo-nos em autores como Carmo (1999), Wanderley (1998) e Payne (2002) que trazem alguns conceitos sobre o desenvolvimento comunitário e a comunidade, Almeida (2001) que reflecte sobre a mediação social em Serviço Social e Neves (2008) que contribui numa interligação entre o desenvolvimento social e a mediação social. A par disto, foram escolhidos estes autores porque todos, de uma forma particular, apresentam as suas reflexões, que nos aparentam ser de suma importância para o tema em apreço.

1.1 – Desenvolvimento.

O desenvolvimento é um conceito muito amplo, abarca os factores económicos, sociais, culturais, políticos e religiosos. Por um lado, ele refere-se a promoção da mudança e das transformações sociais e por outro, quando se fala em desenvolvimento comunitário, este surge numa perspectiva de eliminar e/ou minimizar os problemas sociais e sobretudo as consequências que estão à sua volta, fazendo com que a comunidade tenha a capacidade de se desenvolver, numa perspectiva de acompanhar o desenvolvimento de um país a nível mundial.

Nesta perspectiva, podemos ter em conta um dos conceitos de desenvolvimento:

Transformações das estruturas demográficas, económicas e sociais que, geralmente, acompanham o crescimento. A noção põe a tónica no aspecto estrutural (industrialização, urbanização, assalariamento, institucionalização, etc.) e qualitativo (transformação das mentalidades, dos comportamentos, etc.) da evolução a longo prazo. (Echaudemaison, 2001: 101).

De uma forma geral, se o desenvolvimento significa mudança e transformação social, ele associa-se ao crescimento económico, social, cultural e político. Isto porque, quando o desenvolvimento acontece, coincide com os projectos de mudança e transformação social para uma nova qualidade da sociedade ou da própria comunidade. Isto significa que desenvolver não é “inventar”, mas sim ter a capacidade de aproveitar todos os recursos existentes dentro da própria comunidade para que as instituições sociais, ONG’s e associações comunitárias, possam juntamente com a comunidade desenvolver projectos, programas e planos de desenvolvimento.

Assim, o desenvolvimento implica a aquisição dos aspectos culturais, económicos, sociais, políticos e religiosos que são considerados importantes para a transformação estrutural, focalizando o desenvolvimento e visando mudar a comunidade positivamente de uma situação para outra, o que inclui a melhoria das condições existentes. Ao mesmo tempo, perspectiva um futuro melhor através dos planos e das exigências que a própria sociedade e os seus elementos submetem ao papel do desenvolvimento comunitário.

Deste modo, na definição de desenvolvimento devemos avaliar um conjunto de situações consideradas importantes para esse processo, porque ele varia de um determinado contexto social para outro quando se fala das comunidades. As comunidades são diferentes e cada

uma delas necessita de um desenvolvimento que acompanha as suas exigências num determinado tempo e espaço.

Na verdade, o que nos interessa no conceito do desenvolvimento é tentar compreender o seu processo dentro do desenvolvimento comunitário, sabendo que quando se fala em desenvolvimento social ou económico percebemos que neste contexto existem outros termos, como por exemplo a desigualdade social que se encontra presente em todas as sociedades.

“O desenvolvimento supostamente requer a intervenção”. (Payne 2002: 290). Isto pressupõe, um desenvolvimento que tem como objectivo a promoção de mudanças e as transformações sociais. Sendo assim, uma intervenção social planificada juntamente com as comunidades é uma forma de responder as necessidades sociais. Daí que “o desenvolvimento de uma pequena escala responde os desejos locais que são propensos a serem mais respondentes às questões sociais enfrentadas por grupos que vivem numa situação de desvantagem”. (Payne 2002: 290).

No nosso entender, o conceito de desenvolvimento abarca aspectos como o planeamento e a intervenção social, em que estes surgem como uma das estratégias que dá importância ao desenvolvimento, quando o mesmo acontece nas comunidades ou nas sociedades. Isto demonstra-nos que, por um lado, o planeamento procura dar uma coerência entre as comunidades, Assistentes Sociais e os profissionais de uma determinada instituição social/ONG's/Associações Comunitárias com o objectivo de definir estratégias para que haja um bom desenvolvimento. Por outro lado, numa intervenção social que promove o desenvolvimento, devemos aproveitar os recursos materiais e humanos existentes dentro de uma determinada comunidade, porque darão uma maior ênfase para que este aconteça.

1.2 – Comunidade.

Quando se fala em comunidade, tem de ser feita de acordo com o contexto em que a mesma se insere para que possamos compreender os significados atribuídos a determinadas características que ela incorpora. Isto porque uma comunidade pode ter objectivos definidos e enquadrar-se num determinado espaço geográfico, onde existe a união, o sentimento de pertença, a força colectiva e uma referência directa ou indirecta como um fenómeno situado perante um determinado contexto.

É frequente ouvirmos ou lermos o termo aplicado para designar pequenos agregados rurais (aldeias, freguesias) ou urbanos (quarteirões, bairros), mas

também a grupo profissionais (ex: comunidade médica, comunidade científica), a organizações (comunidade escolar), ou a sistemas mais complexos como países (comunidades nacional), regiões (comunidade europeia) ou mesmo o mundo visto como um todo (comunidade internacional ou mundial). (Carmo, 1999: 72).

No entanto, uma comunidade tem de ter características que a defina, numa determinada área geográfica, unida pelos sentimentos que manifestam os seus hábitos, ideias, costumes e valores que a representa, com o intuito de procurar e promover o desenvolvimento da mesma.

Isto demonstra-nos que a comunidade é representada por um conjunto de pessoas que têm objectivos em comum, dentro de um espaço geográfico, a qual se representa por um determinado nome que permite a sua identificação, como por exemplo, a comunidade dos cabo-verdianos na diáspora. Sendo assim, podemos notar que uma comunidade pode ser diferente da outra, porque os problemas existentes dentro delas variam. Deste modo, as dificuldades poderão ser uma das formas que fazem com que as comunidades tenham objectivos comuns e tentem resolvê-los, isto quando a mesma se reúne com o objectivo de ultrapassar as suas dificuldades.

“Uma característica que une todas as designações: é a presença de uma dada semelhança que confere uma identidade ao sistema designado por comunidade, que determina uma fronteira entre os elementos que lhe pertencem dos que lhe são alheios”. (Carmo, 1999: 72).

No entanto, dentro de uma determinada comunidade existem problemas sociais que dificultam o seu desenvolvimento, mas estes variam de uma comunidade ou de uma sociedade para outra. A partir daí, implica-se uma intervenção social de acordo com os problemas que existem dentro de uma determinada comunidade, onde os Assistentes Sociais juntamente com os profissionais de outras áreas, em representação de uma instituição social, ONG's e associações comunitárias, actuam de acordo com determinadas políticas sociais que visam o desenvolvimento das comunidades beneficiárias.

Com tudo isto, podemos notar que ao longo da história da humanidade, o mundo vem-se desenvolvendo e ganhando uma nova dinâmica, devido ao desenvolvimento das tecnologias, uma vez que a globalização se torna cada vez mais presente na nossa sociedade, já que nada disto acontecia nas sociedades tradicionais, demonstrando que o conceito da comunidade chega a ter consigo um conjunto de meios que permite defini-la.

Assim, (...), “a comunidade é uma forma de vida antiga que se desenvolveu a partir da agregação de famílias num mesmo espaço, caracterizando-se por uma coesão social baseada em laços de sangue, de amizade, de costume e de fé”. (Carmo 1999: 73).

Deste modo, com o crescimento e desenvolvimento das sociedades, surgiu um novo fenómeno que é a urbanização criando assim novas comunidades. Na verdade, “com o crescimento do processo de urbanização decorrente da industrialização, o modelo de organização social transforma-se em sociedade”. (Carmo 1999: 73). Sendo assim, essas transformações trazem novas características dentro das comunidades.

Uma comunidade faz-se existir num determinado contexto em que a união entre os seus membros contribui para que haja uma boa relação social, determinada dentro do processo de desenvolvimento comunitário, melhorando assim a coesão social que a caracteriza pelos costumes, hábitos e crenças que representam os seus membros.

Nesta medida, os membros de uma dada comunidade procuram também reivindicar e garantir os seus direitos quando passam a ter conhecimentos com o desenvolvimento da sua comunidade, num ambiente democrático. “O objectivo perseguido pela comunidade – assegurar a sua prosperidade, a sua liberdade e a sua defesa – entra (frequentemente) em concorrência com o desenvolvimento do Estado-nação”. (Carmo, 1999: 74).

Isto quer dizer que, numa determinada comunidade, podemos notar um contacto cultural entre os novos e antigos membros num percurso de vida diferente, o que faz com que uma comunidade cresça em sintonia com o desenvolvimento do mundo, devido ao processo de migração e de outros factores, como a participação activa dos seus demais membros em determinadas actividades.

Após um longo período em que esteve relativamente latente, a questão comunitária foi recentemente reacendido em virtude de explosão multicultural, ocasionada pela concentração de grandes massas populacionais portadoras de diferentes culturas, e da alteração da balança de poder decorrente do fim da guerra fria simbolicamente marcada pela queda do muro de Berlim em 1989. (Carmo 1999: 74).

1.3 – Desenvolvimento Comunitário

O desenvolvimento comunitário é factor importante no desenvolvimento de um país, visto que é uma forma de garantir o bem-estar social dos membros pertencentes às próprias

comunidades. Neste sentido, entendemos que é relevante participação da comunidade no seu processo de desenvolvimento.

Deste modo, o desenvolvimento comunitário constitui-se como:

Uma técnica de promoção do homem e de mobilização de recursos humanos institucionais, mediante a participação activa e democrática da população, no estudo, planeamento e execução de programas ao nível de comunidades de base, destinados a melhorar o seu nível de vida. (Ander-Egg 1980: 69 citado *apud* Carmo, 1999: 77).

Verificamos então que, no processo do desenvolvimento comunitário, deve existir uma interligação entre as instituições sociais/ONG's/associações comunitárias e as comunidades beneficiárias dos projectos que visam promover o seu desenvolvimento. Logo, o conceito de desenvolvimento comunitário por ser um conceito bastante amplo e exigente na sua compreensão, surgindo como uma forma de contribuir para o enriquecimento deste trabalho.

Nesta perspectiva, vamos referir a interligação entre os conceitos apresentados neste trabalho, demonstrando que o próprio desenvolvimento comunitário exige a continuidade de promoção do desenvolvimento dentro das comunidades, de modo que uma comunidade bem organizada consegue articular os seus recursos. Desta forma dará respostas aos seus problemas sociais, em ligação ou articulação de trabalho entre o sistema interventor e o sistema cliente.

“Foi, depois da segunda guerra mundial que o desenvolvimento comunitário se estabeleceu como método complementar de intervenção social para fazer face aos problemas sociais da conjuntura”. (Carmo, 1999: 78). Isto demonstra-nos que, com o agravamento das questões sociais depois de 1945, a sociedade em geral passa a preocupar-se com o seu futuro, originando o desenvolvimento comunitário como uma forma de intervenção social.

Nesta fase, o Serviço Social vai ter um novo campo de actuação, sobretudo a nível comunitário, ao intervir nos problemas sociais existentes dentro das comunidades. Entretanto, o próprio Serviço Social, como uma profissão inserida no mercado de trabalho, vai actuar juntamente com as entidades estatais e com as políticas sociais eficazes, destinadas à melhoria das condições sociais e do bem-estar social das comunidades beneficiárias de projectos.

A partir daí, podemos notar que o surgimento do desenvolvimento comunitário na profissão do Serviço Social, aparece como uma forma de intervenção social para combater, eliminar ou minimizar os problemas sociais, sofrendo assim várias influências na sua construção, uma vez que o próprio desenvolvimento da comunidade passa a ser uma prioridade nas intervenções sociais.

Sendo assim, o desenvolvimento comunitário vem ganhando o seu atributo e desempenhando o seu papel que é sobretudo desenvolver a comunidade através de projectos sociais. Para que tal aconteça, o planeamento é fundamental para uma boa actuação profissional por parte dos Assistentes Sociais, tornando-se um instrumento de trabalho para a promoção do desenvolvimento comunitário. Tudo o que se processa requer um plano bem organizado, com tarefas e objectivos bem definidos, justificando o significado atribuído ao conceito de desenvolvimento. Com isto, (...) o desenvolvimento social é um processo de mudança social planeado e concebido para promover o bem-estar da população como um todo em conjugação com o processo dinâmico de desenvolvimento”. (Payne, 2002: 288).

Neste sentido, o planeamento procura garantir o bem-estar social atribuído ao desenvolvimento de uma determinada comunidade, fazendo com que a própria comunidade tenha algumas ideias e conhecimentos acerca do seu desenvolvimento, juntamente com as instituições sociais, ONG’s e associações comunitárias que trabalham no sentido de tentar garantir os direitos que as comunidades têm. Neste processo, notamos que o desenvolvimento comunitário acontece numa articulação entre a comunidade beneficiária e instituições interventoras.

Para que haja um desenvolvimento de uma forma positiva, é preciso reunir os recursos económicos, humanos, sociais, culturais e políticos existentes dentro da própria comunidade que nos permitam avaliar como se processa o desenvolvimento da mesma. Isto porque o “desenvolvimento social é um processo. (...) No desenvolvimento social, a ideia de processo está mais relacionada com a perspectiva de que é necessário que as intervenções sejam planeadas conjunta e coerentemente”. (Payne, 2002: 289).

Como um processo, o desenvolvimento comunitário tem de ser exigente em determinados aspectos que o tornem cada vez mais dinâmico e eficaz, da mesma forma tem de identificar o seu público-alvo, onde esse “processo tende a criar condições de progresso económico e

social para toda a comunidade, com a participação activa da sua população e a partir da sua iniciativa”. (Carmo, 1999: 77).

Com tudo isto, podemos perceber que ao longo do seu percurso conceitual, a história do desenvolvimento comunitário desenvolveu-se na medida em que a sociedade se desenvolveu. No entanto, algumas situações que aconteceram ao longo da história do mundo, influenciaram directamente e indirectamente o agravamento das questões sociais. Desta forma, em algumas sociedades desenvolveu-se a técnica de desenvolvimento comunitário nas intervenções sociais.

De acordo com Carmo (1999), o conceito de Desenvolvimento Comunitário integra quatro componentes conceptuais: desenvolvimento², comunidade³, organização comunitária e Serviço Social de comunidades, aos quais faremos referência seguidamente.

1.3.1 – Organização comunitária.

“O termo organização exprime a ideia de uma articulação de meios ou recursos”. (Carmo, 1999: 75). O que perspectivamos definir como uma organização comunitária está em procurar dizer que a comunidade tem a capacidade de conseguir articular os seus meios, que são recursos existentes no seu seio, para que possam atingir os objectivos traçados pela organização para o desenvolvimento comunitário. Nessa organização comunitária as associações locais devem focalizar-se no incentivo e no trabalho juntamente com a comunidade, no processo de desenvolvimento comunitário.

Deste modo, a própria comunidade deve ter em si um espírito e sentimento de pertença e confiança para se desenvolver de acordo com os seus recursos, dando assim a importância e a função que os grupos sociais desempenham na organização comunitária. Tudo isto demonstra-nos que todos os recursos, desde os materiais aos humanos, são importantes para o desenvolvimento comunitário. Enfim, podemos dizer que a organização comunitária tem a ver com a identificação e articulação dos seus recursos, juntamente com grupos ou associações a que pertence.

² Já foi desenvolvido no ponto 1.1.

³ Já foi desenvolvido no ponto 1.2.

1.3.2 – Serviço Social de comunidade.

Para um bom desenvolvimento comunitário, é preciso que sejam definidas algumas estratégias que contribuam para articular a própria comunidade e as instituições sociais/ONG's/associações comunitárias, em que estas possam tornar-se capazes de promover o desenvolvimento da própria comunidade.

Serviço Social de comunidades é uma estratégia macrossocial do Serviço Social, com os objectivos de ajudar uma dada população a tomar consciência das necessidades e recursos; assumir uma posição crítica sobre a sua realidade e organizar dinamicamente os seus recursos para responder às suas necessidades. (Carmo, 1999: 76).

O Serviço Social de comunidade faz com que o profissional desta área tenha a capacidade de se posicionar como Mediador Social, ao tentar demonstrar a importância da consciência colectiva que a comunidade deve ter, em articulação com a capacidade organizativa da mesma.

1.4 – Serviço Social.

1.4.1 História e conceito

Numa análise à história e o conceito do Serviço Social pretendemos dar um conhecimento dos contextos sociais que nortearam o nascimento desta profissão, como uma forma de demonstrar os aspectos relevantes no desenvolvimento desta profissão.

A perspectiva histórica do Serviço Social nos permite conhecer os contextos sociais, políticos e económicos na qual se construiu a prática e a filosofia desta profissão. Esta análise é importante para entendermos os actuais paradigmas do Serviço Social e a sua pertinência para o social de hoje.

Neste processo compreendemos que o Serviço Social teve um belo processo de desenvolvimento como uma profissão, uma vez que foi através das necessidades básicas dos indivíduos, grupos e sociedades que surgiu com uma grande influência da igreja católica onde as damas de caridade exerciam a função de Assistente Sociais para atender os pobres.

Sendo assim, o papel e a força que a igreja católica teve na época, influenciou significativamente o surgimento e desenvolvimento da profissão, uma vez que, “as origens do Serviço Social estão fincadas na assistência prestados aos pobres, por mulheres piedosas, alguns séculos atrás”. (Estevão, 2006: 7).

O Serviço Social, no princípio, possuía um carácter de filantropia, sem, contudo, apresentar um perfil profissional. Durante muito tempo, o mesmo teve uma caracter assistencialista uma vez que era um Serviço Social baseada em “ajuda”, onde através dos princípios religiosos e a função que a igreja católica exercia acto de caridade na sociedade.

Importa, todavia, não esquecer que os diferentes marcos históricos da assistência social, por mais relevantes que se afigurem, constituem momentos prévios à génese do Serviço Social compondo-se, quase exclusivamente, de iniciativas desenvolvidas por grupos caritativos e filantrópicos que, legitimados pela sua “*vontade de ajudar*”, fundava a sua acção num conhecimento assente na experiência e na proximidade de contacto com os necessitados. (Núncio, 2010: 35).

Segundo Núncio, “Balbina Ottoni Vieira revela que o acto de ajudar o próximo, corrigir ou prevenir os males sociais, levar os homens a construir o seu próprio bem-estar, existe desde o aparecimento dos seres humanos sobre a terra...”. (Vieira, 1977:27 citado *apud* Núncio, 2010: 23-24).

De uma certa forma a nossa sociedade também é caracterizada sobretudo por transformações e mudanças sociais que de acordo com o tempo e espaço manifestam-se de formas diferentes.

Com a industrialização e a urbanização iniciou-se uma época de profundas mudanças, que se refletiram claramente nas formas de respostas às necessidades mais prementes dos indivíduos. O próprio capitalismo como sistema dominante determinou o aumento, a diversificação e a complexificação da pobreza. É assim por demais evidente a influência do contexto histórico do nascimento do Serviço Social. (Núncio, 2010: 36).

Derivado do desenvolvimento do sistema capitalista houve sobretudo surgimento de novas questões sociais como desemprego, pobreza, etc. Com isto, surge a necessidade de haver profissões de carácter social para combater fenómenos sociais que surgem no seio da sociedade. Daí que o Serviço Social surge como uma profissão que procura defender e garantir os direitos sociais de todos os seres humanos.

Desta forma, podemos afirmar que o agravamento das questões sociais foi um momento influenciador para o surgimento e desenvolvimento do Serviço Social como profissão que procura dar resposta as necessidades humanas e questões sociais, utilizando mecanismos relevantes na minimização e/ou resolução dos problemas sociais.

“A profissão de Assistente Social organizou-se no começo do século XX, influenciada pelas correntes de pensamento da época e em torno de uma

questão primordial: que meios utilizar para resolver a questão social? (...) todas as reflexões tendiam a procurar meios para fazer frente, simultaneamente, à miséria dos trabalhadores e à ameaça social que estes podiam vir a representar”. (citado De Robertis, 2003:42 *apud* Núncio, 2010: 40).

É neste contexto social, marcado por diversas questões sociais que o Serviço Social surge como uma profissão inserida na divisão técnica e social do trabalho, actuando com objetivos e estratégias de intervenção direccionada aos indivíduos, grupos e classes sociais, que são também considerados como campos específicos na intervenção social por parte dos Assistentes Sociais.

Neste sentido, a relevância do Serviço Social em procurar lidar com os problemas sociais nas intervenções sociais realizados dentro de uma perspectiva político-ético profissional, o Assistente Social surge como um profissional de carácter mediador, procurando vencer os conflitos sociais, defendendo sobretudo um saber teórico baseado na sua prática profissional.

Nesta procura de novas estratégias de intervenção, destaca-se a Charity Organization Society (COS), fundada em Londres em 1869, e que sendo identificada, por vários autores, como a primeira forma de Serviço Social, representa, pelo menos e seguramente, “uma primeira iniciativa técnica e com relevância científica de Serviço Social”. (Vieira, 1977:27 citado *apud* Núncio, 2010: 41).

Com a existência das organizações sociais e personalidades que incutiram na expansão do Serviço Social como profissão, o Serviço Social se desenvolveu com grande impacto na sociedade através da sua relação com o trabalho social, político e científico.

Do mesmo modo, o associativismo tornou-se um modelo importante no engajamento da sociedade para o surgimento de movimentos sociais para reivindicação dos direitos sociais, uma vez, é com a consciencialização da sociedade que o Serviço Social intervém no âmbito da defesa e garantia dos direitos humanos.

É na experiência dos voluntários ligados à COS em Inglaterra e na sua metodologia de acção que encontramos o antecedente imediato da profissionalização do Serviço Social. Na sua actividade quotidiana, os voluntários da COS adquiriram competências e conhecimentos determinantes para que, mais tarde, se consagrasse uma profissão de Serviço Social, que cumpria requisitos essenciais, como, uma formação qualificada, uma prática definida e um conjunto próprio de valores. (Núncio, 2010: 43).

A história revela também que como uma profissão, o Serviço Social se desenvolveu com o voluntariado. Isto porque, o voluntariado caracteriza-se pelo esforço, vontade e amor pelo trabalho social que um Assistente Social tem.

O voluntariado também caracteriza-se, portanto, pela atuação de ONGs, fundações e empresas privadas numa espécie de responsabilidade entre tais instituições. Nessas condições, a articulação do voluntariado é vista como essencial para a intervenção social, uma vez que possibilita a ação individual para o bem público.

Na medida em que o Serviço Social veio se desenvolver como uma profissão, podemos referir que foi através de momentos marcantes na sua história profissional é que houve um reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelos Assistentes Sociais durante todo o processo da evolução.

Segundo Reisch (1998), foi na década de 1890 que se produziu a grande mudança, no sentido da profissionalização do Serviço Social que, de actividade desempenhada por voluntários de boa vontade, passa a profissão exercida por trabalhadores assalariados e progressivamente qualificados. Registe-se, aliás, que foi em 1895, em Londres, que se celebrou o primeiro contrato de trabalho remunerado com uma trabalhadora social. (Núncio, 2010: 51).

Considerando importante a qualificação dos profissionais nesta área de trabalho é de suma importância reconhecermos o contributo dos pioneiros do Serviço Social para a mudança e reforma profissional desta profissão. Isto porque, a consolidação e a valorização do Serviço Social é produto de uma luta histórico e social para a intervenção social.

Na evolução a caminho do reconhecimento profissional do Serviço Social, o movimento da COS, a par com o dos Settlements, onde se destacaram, num e noutro lado do Atlântico, figuras como Charles Loch, Octavia Hill, Josephine Lowel, Mary Richmond ou Jane Addams, contribuíram de forma decisiva para o aparecimento da profissão, em sentido moderno, e para o reconhecimento académico de uma actividade de inquestionável funcionalidade prática. (Bermejo, 2001: 40 citado *apud* Núncio, 2010: 51).

Com a influência de várias organizações e figuras importantes no Serviço Social e evolução desta profissão é que se ganhou o reconhecimento profissional ao longo do seu percurso histórico. Isto porque, derivado de vários contributos a profissão começou a ganhar o seu reconhecimento académico, mas também o seu reconhecimento social pelas entidades estatais que também começaram a reconhecer a função prática do Serviço Social no seio da sociedade.

Do ponto de vista histórico, se pode referir que a construção e o reconhecimento da profissão se processaram por várias conquistas que a o Serviço Social obteve ao longo do tempo. O reconhecimento da profissão foi um fator importante para o Serviço Social como uma profissão inserida no mercado de trabalho, uma vez que nesta fase começou-se a ganhar um reconhecimento pela sociedade e a qualificação do mesmo pelas entidades estatais.

Sendo assim, o reconhecimento profissional do Serviço Social ficou também marcado por algumas personalidades e momentos marcantes na história da profissão. Entretanto “Juan Luiz Vivés (1492-1540) humanista espanhol que, além de várias obras de filosofia, educação e religião, escreveu, em 1525, um pequeno tratado, directamente relacionado com a Assistência Social”. (Vieira, 1984: 8).

Do mesmo modo, “São Vicente de Paula (1576-1660), que, no século seguinte, sistematizou e operacionalizou a caridade e formou o primeiro grupo de agentes de Caridade: as Damas e as Filhas de Caridade. (Vieira, 1984: 8). Esta operacionalização era sobretudo uma forma de intervenção social através de assistência aos pobres.

(...) Canon E. Barnett (1853-1915), na Inglaterra que organizou a primeira residência social: Toynbe Hall e a seu exemplo Jane Addams (1860-1935), em Chicago, nos Estados Unidos, que fundou um Centro de Vizinhança – Hull House. Ambas organizações são consideradas como os primeiros Centros Sociais. (Vieira, 1984: 8).

A criação desses centros sociais ficou marcada principalmente pelas grandes desigualdades sociais, económicas e políticas na Inglaterra. Esses centros eram essenciais para atendimento às famílias e a classe trabalhadora que viviam em situação de pobreza.

Ainda na mesma época, duas jovens americanas se distinguiram no campo social: Mary Richmond (1861-1928) e Mary Paker Follet (1868-1933); a primeira aperfeiçoou o trabalho da caridade, aperfeiçoando-lhe o método científico, e a segunda preocupada com os mecanismos de administração, decorrentes da industrialização, desencadeou um movimento, reconhecido ainda hoje como a base de uma nova visão gerencial. Mary P. Follett pode ser considerada a primeira Assistente Social do campo do trabalho. (Vieira, 1984: 8).

Neste sentido, entendemos que a história do Serviço Social foi marcado por novas ideias e novas concepções que marcaram o desenvolvimento desta profissão em deferentes áreas e momentos, decorrentes de novas estratégias de intervenção social.

Com isto, podemos dizer que essas personalidades viveram em diferentes países, classes distintas e épocas diferentes.

(...), o Serviço Social ensinado e praticado em todos os países ocidentais encontrou em René Sand (1877-1953), médico sanitário belga, que reunisse os profissionais e interessados em Serviço Social e Acção Social, em grandes reuniões internacionais: a conferência internacional do Serviço Social, hoje o Conselho Internacional de Bem-Estar Social. (Vieira, 1984: 8).

Com novas ideias e conceitos, as personalidades referidas colocaram em prática algumas acções que juntamente com outras personalidades aperfeiçoou o Serviço Social no processo científico através das suas experiências práticas no campo de trabalho.

Desta forma, a luta pelo reconhecimento profissional foi marcado pela construção identitária do Serviço Social como uma profissão. Isto porque, de uma certa forma o progresso profissional do Serviço Social também foi caracterizado sobretudo pelo saber teórico e saber prático nas intervenções sociais para a minimização dos problemas sociais.

Le Service Social s'est institué comme une pratique professionnelle de contrôle et de régulation sociale, mais elle s'affirme aussi dans des contextes de normalisation et d'intégration sociale, de lutte pour la liberté des Hommes et pour la valorisation de la citoyenneté, assumant différentes perspectives selon les caractéristiques du «locus» d'intervention (au niveau micro, méso et macro) et le profil socioprofessionnel de l'assistant social. Sa position intermédiaire dans les mécanismes de protection sociale est structurante au niveau du savoir, du savoir-faire et du savoir-être professionnel. C'est pourquoi on ne peut parler de service social sans lui associer une fonction médiatrice dont il faut expliquer le sens et qui constitue actuellement un défi de conceptualisation. (Almeida, 2001: 16-17)

Deste modo, o Serviço Social é uma profissão que trabalha com crianças, jovens, adultos e idosos no processo de intervenção social, com objetivo de defender a garantia dos direitos humanos e cidadania. Assim, o Assistente Social tem um papel fundamental na elaboração, excussão e avaliação das políticas sociais junto dos órgãos administrativos, entidades e organizações.

Sendo assim entendemos que o Serviço Social é uma profissão ligado a elaboração, coordenação, execução e avaliação dos planos, programas e projectos nas actuações realizadas pelos profissionais desta área, juntamente com a participação da sociedade civil, em que cabe ao Assistente Social ter a capacidade de planear, organizar e administrar benefícios sociais a partir da análise da realidade social. Nesta perspectiva, pode coordenar projectos sociais e trabalhar na assessoria das organizações públicas directa ou indirectamente, empresas públicas e privadas, associações comunitárias, ONG's, instituições sociais e outras entidades em matéria do Serviço Social.

O perfil do Assistente Social revela que este profissional possui na atualidade uma soma das experiências em diferentes dos campos de actuação. Hoje, é um profissional que modifica a sua forma de atuação profissional, levando em consideração a demanda que lhe é atribuída e a necessidade de responder às exigências e às contradições da sociedade capitalista.

1.5 – Mediação Social.

Percebemos que a mediação social é uma das formas de minimizar os conflitos e problemas sociais que existem dentro da sociedade, pelo facto do mediador social ser um dos elementos interventivos de extrema importância.

La médiation est un processus qui valorise la condition humaine et qui favorise la production de changements. Elle constitue une alternative d'intervention dont le sens s'élabore au quotidien face à différents acteurs et dans des contextes concrets, un processus dynamique qui refuse le modèle de «déficit» au profit d'une recherche politique, une pratique engagée avec des expériences transformatrices; elle est un défi pour tous les intervenants sociaux. (Almeida, 2001: 15).

Isso demonstra que a mediação social faz parte do processo da mudança social, por ser considerada uma das formas de intervenção social, que procura minimizar os conflitos ou problemas sociais existentes dentro de uma determinada comunidade. No entanto, podemos dizer que ela também se constitui como uma das estratégias utilizadas pelos actores sociais na sua prática profissional, para poderem então intervir numa determinada demanda social.

Tudo isto porque a mediação social faz parte do quotidiano da vida do homem, onde esta se manifesta como uma forma da resolução dos conflitos sociais entre diversos grupos com posições contraditórias, manifestando interesses diferentes.

Deste modo, “La médiation s'inscrit dans la vie. Le terme devient public par la communication sociale et devient dès lors un objet de réflexion de la part de analystes sociaux, politiques, juristes et travailleurs sociaux”. (Almeida, 2001: 25).

A partir daqui, entendemos que um Assistente Social, para desempenhar o papel de mediador social, deve ter um conhecimento/saber teórico e prático. Isto porque, permita-lhe executar essa função na perspectiva de proporcionar mudanças e transformações sociais no desenvolvimento da comunidade, junto às instituições sociais, ONG's e associações comunitárias.

Por todas estas razões, no processo de desenvolvimento comunitário, a prática profissional do Assistente Social, como mediador social, procura não só minimizar os conflitos existentes dentro da comunidade, mas também prevenir sobretudo o aparecimento e agravamento de outros problemas. Sobre isto, Neves afirma que:

(...) através dos agentes de desenvolvimento ou mediadores entram em interacção dos dois mundos, ou melhor, duas visões de mundo, dois sistemas de sentido. O exercício da mediação é constituído pela difusão e construção de saberes, comportamentos, ideias e valores que serão transmitidos e irão propiciar a incorporação de novos comportamentos, identidades e visões de mundo. (Neves, 2008: 38).

A mediação social vincula claramente a minimização e/ou eliminação de conflitos sociais, em que o Assistente Social procura desenvolver uma comunidade em articulação com o projecto da instituição social/ONG's/ e associação comunitária, que proporcionam o desenvolvimento a nível individual e colectivo dos seus membros. Sendo assim, uma das formas que motiva a conquista do desenvolvimento comunitário é, sobretudo, a aproximação entre os elementos sociais (grupos sociais, indivíduos e instituições sociais) com o objectivo de colocar em função os interesses colectivos.

Contudo, os autores acima referidos demonstram uma coerência no desenvolvimento dos conceitos definidos, que permitem compreender não só o trabalho prático desenvolvido neste capítulo, mas também o trabalho prático a ser desenvolvido nos próximos capítulos. Deste modo, esta discussão teórica permitir-nos-á analisar os dados recolhidos no trabalho prático, com o objectivo de compreender melhor o objecto a ser estudado, dando assim um significado ao desenvolvimento comunitário em Cabo Verde.

Capítulo 2: Serviço Social em Cabo Verde

Neste segundo capítulo, perspectivamos trabalhar a história do Serviço Social em Cabo Verde, juntamente com o seu percurso sócio profissional antes e depois da independência do país. Assim sendo, iremos trabalhar o papel, a importância e o contributo dos Assistentes Sociais no desenvolvimento de Cabo Verde, de acordo com a sua representação social. Tudo isto nos permitirá compreender o papel do Assistente Social, a história do desenvolvimento comunitário em Cabo Verde como também a prática da mediação social.

Para tal, fizemos entrevistas semi-estruturadas a quatro Assistentes Sociais que trabalham em Cabo Verde, num espaço e tempo diferenciado. Entrevistámos um Assistente Social que trabalhou no período pós-independência de Cabo Verde, um do período que marcou a abertura democrática do país, um do período 2000 a 2010 e por fim um que trabalha como Assistente Social no centro comunitário pertencente à ACRIDES.

A fase que vai do ano 2001 a 2010 é marcada pela presença de novos Assistentes Sociais no mercado do trabalho, assim como a presença do curso Serviço Social nas Universidades cabo-verdianas, primeiramente na Universidade Jean Piaget de Cabo Verde em 2004 e seguidamente o Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais em 2006 e na Universidade de Santiago em 2009.

Esclarecendo que a escolha destes Assistentes Sociais foi no sentido de fazer levantamentos históricos através das narrativas que relatam questões relacionadas com o Serviço Social em

Cabo Verde. Com isto, procurámos desenvolver estas entrevistas com o intuito de nos debruçarmos sobre o quotidiano do Serviço Social como uma categoria profissional inserida no mercado de trabalho.

Para ter dados relacionados com a história do Serviço Social em Cabo Verde a escolha dessas Assistentes Sociais associa-se à procura de dados relacionados com a época, os anos e contexto das práticas profissionais delas, pois não há documentos escritos que possam comprovar essa história. Sendo assim, elas foram uma mais-valia porque presenciaram a existência e o desenvolvimento da profissão no país

Neste sentido, justificamos que as entrevistas aos Assistentes Sociais têm como objectivo a apresentação de um estudo claro sobre as suas práticas profissionais em Cabo Verde.

A escassez de documentos que narram a temática do Desenvolvimento Comunitário, Serviço Social e Mediação Social optamos por entrevistar as Assistentes Sociais que trabalharam e/ou trabalham nas ONG's e/ou Instituições Sociais cabo-verdianas, uma vez que não existe um estudo relacionado com o nosso objecto de estudo.

Segue a caracterização das Assistentes Sociais entrevistadas:

🚩 Dr.^a Ângela Fortes, de 30 anos, exerce a função de Assistente Social a 6 anos entre Delegacia de Saúde da Praia e Hospital Dr. Agostinho Neto (desde Maio de 2004).

🚩 Dr.^a Jandira Miranda Brazão de Barros, de 30 anos de idade, desempenhou os seguintes cargos: consultora do projecto de Orçamento Participativo na Direcção Geral da Administração Local - DGAL (2005/2006), Assistente Social do Hospital Agostinho Neto (2005), Docente da Universidade Jean Piaget (2005), Docente Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (desde 2006), Coordenadora da licenciatura em Serviço Social no Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (desde 2008). Portanto, são seis anos de experiência, em diversos sectores, com maior enfoque na formação superior.

🚩 Dr.^a Madalena Tavares, de 59 anos de idade, trabalhou como: Professora do ensino secundário na ilha do Sal (1975 – 1977), Delegada na Comissão de Acções Sociais (1977 – 1987), na Delegação de Apoio aos Emigrantes (1987 – 1997), Presidente da OMCV (1997 – 2001), Presidente do Instituto da Condição Feminina (actualmente designada como Instituto

Cabo-verdiano de Igualdade e Equidade do Género) (2002 – 2004) e Deputada da Assembleia Nacional com participação activa na 3ª e 4ª Legislativa.

✚ Dr.ª Maria Paula Fortes, de 34 anos de idade, trabalhou na Cadeia de São Vicente (2001 – 2005), Cadeia Central da Praia (2005 – 2011), na Comunidade Terapêutica de Granja em Achada São Filipe (2007 – 2009) como Assistente Social.

✚ Dr.ª Juvelina Monteiro, de 30 anos de idade, que é Assistente Social da ACRIDES desde Janeiro de 2010.

2.1 – História do Serviço Social em Cabo Verde.

2.1.1 – O Surgimento do Serviço Social em Cabo Verde.

Pela necessidade de reflectirmos sobre o surgimento do Serviço Social em Cabo Verde, os profissionais mais antigos do Serviço Social constituem uma base importante para a divulgação de informações relacionadas com o processo histórico da profissão no país. Como nos avança Madalena Tavares:

As sociedades vão crescendo e na medida em que ela cresce surgem novos quadros sociais. No entanto, o homem cabo-verdiano, como um ser social, precisa de alimentação, como um ser cultural, precisa de se identificar a um povo, como ser económico, precisa trabalhar e como um ser político, tem de participar na política cabo-verdiana. (Madalena Tavares).

Isto significa que o Serviço Social em Cabo Verde, bem como nos outros países, surge como uma profissão de defesa dos direitos sociais e civis, na medida em que os problemas sociais e as novas demandas se desenvolvem na sociedade cabo-verdiana. Assim, o Serviço Social é uma profissão nova a desenvolver-se nos últimos anos em Cabo Verde com a vinda de profissionais formados fora do país, sobretudo com a abertura do curso em várias instituições, com o objectivo de formar Assistentes Sociais para se integrarem no mercado de trabalho. Discorrendo sobre a trajectória histórica do Serviço Social em Cabo Verde, exige contextualizar e trazer as exigências do país na altura, tal como ter presente a conjuntura actual do país.

A trajectória profissional do Serviço Social é marcada sobretudo por um Serviço Social que não existia antes da independência porque não existia um Estado de direito. O Serviço Social em Cabo Verde começou a formar-se depois da independência com as constituições das leis sociais, diferenças de classes sociais, o percurso do país sobre a importância do social onde tudo começou com a influência do Estado da concepção do direito. (Jandira Barros).

Pois, a independência de Cabo Verde trouxe uma nova era para o Serviço Social, onde o Estado passa a defender e a garantir os direitos sociais, de modo que todos os cabo-verdianos possam ser iguais no que diz respeito à educação, à saúde, etc. A partir daí começamos a notar as diferenças sociais, atribuindo assim uma certa importância à área social como uma potência para o desenvolvimento de Cabo Verde.

Nesta óptica, o Serviço Social vem-se desenvolvendo de acordo com as exigências do país e o agravamento das questões sociais que foram marcantes na história, como por exemplo, a fome de 47 e sobretudo a delinquência juvenil que se vem agravando nos últimos anos, entre outros problemas sociais presentes na sociedade cabo-verdiana, tais como: a violência doméstica, crianças de e na rua, entre outros.

Falar do surgimento do Serviço Social em Cabo Verde como uma profissão, poderá deixar uma interrogação quanto à data do seu início já que “é muito difícil falar do surgimento do Serviço Social em Cabo Verde, sabendo que não há documentos escritos que comprovam uma data exacta” (Jandira Barros). No entanto, a profissão sofreu algumas influências de acordo com os períodos que foram marcantes na história política do país, como por exemplo, a independência e a abertura política e democrática que foram marcos importantes para o seu desenvolvimento.

Não tendo uma data exacta, Madalena Tavares afirma que “o Serviço Social surgiu em Cabo Verde logo após a independência, porque já se praticavam algumas acções sociais”. Embora não tenhamos uma data exacta que afirma o seu surgimento, aos olhos dos Assistentes Sociais, a independência de Cabo Verde em 1975 torna-se um ponto de partida na iniciação profissional do Serviço Social no país. A partir daí, foram desenvolvidas estratégias que remetiam a um trabalho estruturado e organizado, que permitiam ao Serviço Social chegar e estar mais próximo das comunidades. Por sua vez, com as estruturas locais, o Serviço Social veio se ampliando até chegar ao seu patamar actual.

A par disto, fica como o exemplo, as “Comissões de Acções Sociais (CAS) que surgiram depois de 1975, sendo que na época existiam poucos Assistentes Sociais em Cabo Verde e destes, a maioria concentrava-se na cidade da Praia e no Mindelo”, segundo Madalena Tavares. A mesma afirma que, “estas comissões chegavam às comunidades” num trabalho desenvolvido pelas mesmas, com o objectivo de promover o desenvolvimento comunitário. “As presenças das comissões das acções sociais nas comunidades faziam-se através das

acções sociais desenvolvidas em cada localidade para fazer parte da credibilidade das pessoas activas” (Madalena Tavares).

Para isto, era preciso que houvesse profissionais para desenvolver o trabalho social realizado naquela época, para que todas as acções fossem executadas a partir de profissionais que trabalhavam directamente com as comunidades no “terreno”, ou seja, a partir de um exercício prático levado à comunidade pelos profissionais da área social.

De acordo com Madalena Tavares, “nesta altura decidiu-se criar a formação para Animadores Sociais através de uma formação básica, onde estes estabeleciam uma interligação entre o trabalho prático (“terreno”) e a Comissão das Acções Sociais”. Pois, com a falta de profissionais formados em Serviço Social, propôs-se esta formação com o objectivo de “destacar estes Animadores Sociais para trabalharem em todo território nacional” (Madalena Tavares).

Notamos que durante todo este tempo começaram a desenvolver-se estruturas que davam respostas às camadas sociais, como forma de fortalecer um trabalho mais direccionado à defesa e garantia dos direitos sociais.

Acreditamos que com a estrutura dos serviços sociais depois da independência, o Estado deixa de fazer atendimento aos casos pontuais, criando serviços estatais com a convenção dos direitos. A partir daí, a profissão começou a surgir no seio do mercado de trabalho em Cabo Verde, em que o dever do Estado com a sua estrutura mesmo não organizada procura a garantia dos direitos sociais. (Jandira Barros).

Nessa linha de ideias, o Estado de Cabo Verde deu um passo importante na procura da defesa e garantia dos direitos sociais com a criação e descentralização de serviços sociais ligados à educação, saúde, água, entre outros, para a promoção do desenvolvimento social e comunitário. Mas também, a elaboração das políticas sociais, constituem uma das respostas às demandas sociais, com vista à melhoria das condições de vida das comunidades.

Portanto, podemos perceber que o Serviço Social, como profissão, esteve presente antes da independência, já que, segundo Ângela Fortes “possivelmente acreditamos que a profissão surgiu há mais de 40 anos sabendo que não há documentos que confirmem”.

Mesmo não existindo uma data exacta, esses dados constituem uma relevância na continuidade e na aposta em novos desafios, sobretudo ao procurar desenvolver estudos

relacionados com o Serviço Social cabo-verdiano para que futuramente possamos ter novos seguimentos do estudo nesta matéria.

Relativamente às influências externas, Jandira Barros considera que “o Serviço Social em Cabo Verde tem tido diversas influências por parte dos profissionais formados, tanto dentro como fora do país, nomeadamente em Portugal e no Brasil”. Sublinha ainda que essa influência se relaciona, sobretudo, com a abertura do curso em Serviço Social em algumas universidades cabo-verdianas e com a presença dos primeiros profissionais que se formaram no exterior a trabalharem como Assistentes Sociais no país.

Com o desenvolvimento da profissão em Cabo Verde, procurou-se construir uma identidade que vai de acordo com a sua trajectória profissional, que esta formação identitária não demonstra a diferença da profissão em relação aos outros países pelo significado atribuído por diversos autores, mas sim pelo contexto em que ela se insere. Neste processo, o Serviço Social procura transformar e promover mudanças sociais, através da minimização e/ou eliminação dos problemas sociais. Acerca disso, Jandira Barros diz que “o significado atribuído ao processo de identidade profissional está a ser construído pelas demandas profissionais, pela sua complexidade e pela própria influência da profissão na sociedade cabo-verdiana”.

Para esclarecer, que do mesmo modo que a identidade do Serviço Social se constitui como um campo das práticas, dos trabalhos e dos saberes que a profissão tem para com a sociedade cabo-verdiana, a mesma atribui-se como uma categoria profissional que influencia necessariamente o processo de desenvolvimento de Cabo Verde. Sendo uma profissão nova no país, os Assistentes Sociais têm afinidades desenvolvidas pelos seus desempenhos profissionais, de acordo com a missão e os objectivos gerais a atingir, numa especificidade que vai de acordo com o seu conteúdo funcional e com as respectivas estratégias e propósitos presentes no exercício profissional.

(...) torna-se uma preocupação entender o Serviço Social dentro de um processo de trabalho que é da própria realidade cabo-verdiana, com um poder de demonstrar-se mais consolidado, mais forte, onde com a formação dos profissionais formados em Cabo Verde faz pensar no Serviço Social cabo-verdiano dentro de um processo de fortalecimento da profissão. (Jandira Barros).

Constatamos assim, que a compreensão do Serviço Social cabo-verdiano, passa a entender os fenómenos sociais presentes dentro da sociedade cabo-verdiana e a abordá-los segundo uma intervenção planeada e coerente. De todo o modo, o desenvolvimento do Serviço Social em

Cabo Verde visa realizar um encontro entre a profissão e a diversidade de políticas sociais desenvolvidas, o ajustamento permanente dos organismos institucionais e a formação dos Assistentes Sociais que os fazem adquirir saberes teóricos, práticos e competências profissionais. Entretanto, durante a trajetória profissional do Serviço Social em Cabo Verde, podemos demonstrar que a profissão desenvolveu-se de acordo com a actuação prática dos Assistentes Sociais. Todavia, a abertura do curso de Serviço Social nas universidades cabo-verdianas constitui um dos instrumentos fortalecedores do desenvolvimento da profissão, juntamente com os seus instrumentos de trabalho. Tudo isto reforça a relação que existe entre um percurso académico e a prática profissional.

As universidades são outra etapa para o desenvolvimento do Serviço Social em Cabo Verde, pela oportunidade de estudo, reflexões e espaço de valorização da profissão. Marca também um reconhecimento da necessidade destes profissionais no país. (Madalena Tavares).

Por outro lado, Jandira Barros considera que “é sobretudo uma profissão que está num processo de mudança e reformas. No entanto, o entendimento que se tem é que os seus profissionais têm de tentar dar uma outra identidade a própria profissão”.

Percebemos que, para que haja mudança na profissão do Serviço Social em Cabo Verde, torna-se necessário também a construção de uma identidade a partir de um idealismo técnico, político e metodológico entre os seus profissionais. Isto porque, segundo Ângela Fortes “(...) é preciso ter engajamento, instrumentos necessários, determinação e competência com o trabalho para a actuação como Assistente Social”.

Numa perspectiva dinâmica que acompanha esse processo de mudança e reformas, os Assistentes Sociais continuam a deter atribuições, saberes, competências, métodos e técnicas de intervenção específicas, decorrentes de uma qualificação académica e inerentes ao desempenho profissional construído, que lhes permitem conceber, planear, organizar recursos e prestar cuidados ao nível psicossocial, relacional e cultural, no sentido de desenvolver as condições de vida de todos os cidadãos, de grupos e de comunidades.

Isso significa que é uma profissão, onde os seus profissionais fazem um pouco de tudo, trabalhando desde as execuções das actividades, atendimentos, resolução de problemas que são pontuais, imediatas, necessárias e cargos das directrizes sociais dentro da área. (Jandira Barros).

De uma forma geral, podemos afirmar que o Assistente Social em Cabo Verde, e não só, pode actuar em diversas demandas sociais como: saúde, educação, infância, adolescência, 3ª

idade e terceiro sector, através das actividades de planificação, elaboração, execução e avaliação. Para além disso, a profissão tem desenvolvido trabalhos, através de atendimentos, com a perspectiva de defender os seus direitos, assim como a presença destes profissionais nas áreas de administração e organização.

Em relação aos campos de intervenção do Serviço Social, Madalena Tavares defende que, “dentro do quadro da pobreza, temos a prostituição, desvios de conduta, alcoolismo, uso de drogas etc. Daí que, o Assistente Social encontra mais campos de actuação juntamente com as famílias”. Logo, notamos que com o agravamento dos problemas sociais estes profissionais tornam-se úteis e necessários, trabalhando nas ONG’s e instituições presentes na nossa sociedade.

Uma vez que o Assistente Social actua em vários campos, ele possui a capacidade técnica de actuar em serviços hospitalares, intervenções sociais nas ONG’s e instituições sociais, assessoria de recursos humanos nas empresas públicas e privadas, entre outros.

Sendo assim, espera-se que este profissional venha resolver todas as situações pontuais de emergência. Isto porque, por um lado, é um profissional que tem de actuar para demonstrar os limites da profissão, por outro lado, tem de demonstrar a capacidade de actuar em vários espaços profissionais. (Jandira Barros).

Neste contexto, o Serviço Social muitas vezes é visto como uma profissão que dá respostas imediatas a todas as situações solicitadas pelas demandas sociais, em articulação com as instituições e ONG’s que representa. De certo modo, tudo isto requer ao Assistente Social uma demonstração de carácter não assistencialista através de um trabalho planificado e estruturado para uma determinada acção profissional, a fim de lhes permitir ganhar um espaço de actuação nas situações.

Entretanto, o Assistente Social deve ser entendido como um profissional que procura defender e garantir os direitos sociais a partir de serviços sociais públicos e privados com a finalidade de satisfazer as necessidades sociais nas áreas de saúde, reabilitação, assistência social, educação, habitação e saneamento, dando atenção especial a crianças e adolescentes, aos idosos, entre outros.

Pois, pela forma como o Serviço Social cabo-verdiano está a desenvolver-se, as saídas profissionais vão aumentando e as exigências tornar-se-ão claramente maiores, uma vez que

se prevê um aumento da procura no mercado de trabalho por parte dos que estão no término do curso.

O sector público, tradicionalmente o Ministério de Solidariedade tem recrutado mais Assistentes Sociais, designadamente na área da Direcção Geral de Solidariedade Social, assim como também algumas Câmaras Municipais e a saúde que hoje se vai consolidar como um campo maior do Serviço Social. (Jandira Barros).

Tudo isto nos indica que o sector público é um campo privilegiado desta profissão em Cabo Verde, sendo que com a criação de instituições sociais que pertencem ao Estado, naturalmente tornam-se uma das áreas de saída profissional juntamente com o terceiro sector que se vai consolidando com o surgimento das novas ONG's. Ao contrário disto, o sector privado ainda não mostra nenhuma abertura profissional na área empresarial, onde o Assistente Social pode actuar na assessoria dos recursos humanos.

Relativamente ao sector privado, Ângela Fortes afirma que, “não há nenhum caso sobre a profissão, a não ser nas áreas de recursos humanos, em que possa ser contratado um Assistente Social para trabalhar nas empresas. Mas, no terceiro sector, as ONG's tem feito até hoje um trabalho privilegiado no campo de Serviço Social”.

Contudo, “ em Cabo Verde, o Serviço Social afirma-se como uma profissão estreitamente integrada no sector público, sendo o Estado o nosso maior empregador”, segundo Maria Paula Fortes.

Assim, compreendemos que as instituições sociais, pertencentes ao sector público, influenciaram a progressão do Serviço Social como profissão, no processo de desenvolvimento. No entanto, o surgimento do Serviço Social como profissão em Cabo Verde está relacionado com a sua história política, social e democrática.

2.1.2 – O que é Serviço Social em Cabo Verde?

Segundo Madalena Tavares o Serviço Social cabo-verdiano sofreu muitas influências, porque “funcionava nos padrões internacionais adaptados à realidade cabo-verdiana, como um país pobre, vulnerável, sem recursos. Tinha uma forte dependência da modalidade do Serviço Social português devido à formação dos Assistentes Sociais em Portugal”,

Entretanto, toda essa influência veio trazer algumas características que permitiram desenvolver a profissão, sendo que, o Serviço Social realizava intervenções direccionadas ao

encontro dos problemas sociais em Cabo Verde, não fugindo dos princípios que norteiam o trabalho do Assistente Social.

Isto porque ninguém pode ter dúvidas de que o período em que estamos situados é marcado por transformações societárias que afectam directamente um conjunto da vida social e incidem fortemente sobre as profissões das áreas das ciências humanas e sociais, em particular o Serviço Social. (Maria Paula Fortes).

Neste sentido, Maria Paula Fortes refere que na medida em que surgiram novos problemas sociais, apareceram novas ONG's, com o objectivo de dar respostas às necessidades sociais a partir de um trabalho que visa a garantia dos direitos sociais e civis. Neste sentido, o surgimento das universidades que fornecem cursos de licenciatura em Serviço Social, demonstram que “a profissão em Cabo Verde tem vindo a desenvolver-se e a ganhar visibilidade no seio da nossa sociedade”.

Todos os trabalhos desenvolvidos pelos Assistentes Sociais para a garantia do bem-estar social, estão sobretudo na defesa dos direitos sociais, políticos, económicos e culturais e são articulados à consolidação das políticas públicas em vários sectores sociais como: crianças, adolescentes, idosos, comunidades, famílias e outros.

Anteriormente, a profissão tinha um carácter assistencialista, marcado por uma fase política de partido único. No entanto, hoje já não se caracteriza da mesma forma, porque teve e tem tido uma visão mais ampla com a passagem de Cabo Verde para país de desenvolvimento médio, onde há um trabalho mais dinâmico para com a comunidade e mudança social. (Ângela Fortes).

A história do Serviço Social cabo-verdiano estava associada a uma estrutura política diferente, tendo em conta que com a independência em 1975 e com o sistema de partido único até aos anos 90, a profissão direccionava-se a desenvolver actividades de carácter assistencialista. No entanto, a partir dos anos 90, com a abertura política e democrática, atingiu-se um outro patamar social através do desenvolvimento da forma de execução e elaboração das políticas sociais.

Desta forma, o Serviço Social de Cabo Verde está num processo de viragem e o número de Assistentes Sociais está a aumentar a cada ano, dando à profissão uma outra face, assim como um fortalecimento da mesma em Cabo Verde com uma base no trabalho desenvolvido pela profissão desde 1975. (Jandira Barros).

O processo de viragem do Serviço Social em Cabo Verde vai ao encontro de uma nova fase que está a ser marcada com a presença do curso nas principais universidades do país, uma

vez que o aumento do número de Assistentes Sociais no mercado de trabalho poderá ser uma boa demonstração para o desenvolvimento do Serviço Social em sectores de trabalho que são considerados importantes campos da sua actuação profissional.

Isso significa, que nesse processo de viragem torna-se relevante a organização entre os profissionais desta área, para a criação de discussões, nomeadamente ao código de ética que dá uma outra face à profissão, sobretudo em conteúdos relacionados com as temáticas do Serviço Social em Cabo Verde.

De facto, todo esse processo fortalece um trabalho relacionado com o Serviço Social desenvolvido nos primeiros anos, já que este constitui uma base que promove a tal mudança na profissão através do reconhecimento do trabalho desenvolvido por estes profissionais.

Com o desenvolvimento da profissão em Cabo Verde, as universidades onde estão a ser leccionados cursos de Serviço Social, os Ministérios e o próprio Estado, estão a tentar trabalhar com a comunidade desenvolvendo um trabalho no sentido de lhe levar as informações. (Ângela Fortes).

O desenvolvimento do Serviço Social em Cabo Verde associa-se ao desenvolvimento das políticas sociais, que permitem uma intervenção direccionada aos objectivos traçados pelas instituições sociais que representam o Estado, ONG's e Ministérios. Daí que, todo esse trabalho definido visa a garantia dos direitos sociais, políticos, culturais e económicos de todos os indivíduos perante a mesma igualdade e trabalhando directamente com as questões sociais presentes na sociedade cabo-verdiana.

O Serviço Social em Cabo verde define-se como uma profissão, com concepções diferentes entre os seus profissionais, uns trabalhando numa perspectiva mais pontuais imediato ainda que desejando melhorar e outros com uma forte crítica emergências. (Jandira Barros).

O trabalho está relacionado com o bem-estar social, tem a ver com a garantia dos direitos humanos em determinadas questões da vida humana, onde a partir de um determinado contexto de intervenção, o Assistente Social procura intervir com o objectivo de melhorar as condições de vida dos cidadãos, com base nos direitos de acesso e garantia.

De facto, “o auxílio às pessoas que pedem ajuda e a tentativa de resolução dos problemas em diferentes formas, pode ser muito gratificante para quem faz esse tipo de trabalho”. (Maria Paula Fortes). Isso significa que o trabalho feito pelo Assistente Social implica a vontade de contribuir para a justiça social. Entretanto, o Assistente Social não pode esquecer que é um profissional remetido a um compromisso ético, político e metodológico.

Segundo Maria Paula Fortes, “melhorar a vida dos outros é o lema de um Assistente Social”, porque o trabalho desenvolvido por este profissional é com as classes mais desfavorecidas.

Por ter uma qualidade técnica que o permite dar respostas aos problemas sociais, o Assistente Social, quer ao serviço estatal ou de uma ONG, procura executar um conjunto de acções sociais que se constituem como elementos de resolução de problemas de natureza social. Isso quer dizer que, todo este processo se constitui no sentido de criar condições para o desenvolvimento de grupos, famílias e pessoas.

Assim sendo, ao longo de uma actuação profissional, os Assistentes Sociais poderão encontrar alguns constrangimentos como “a escassez de meios que impossibilita a resolução de problemas sociais e pelo facto de hoje em dia as questões problemáticas serem cada vez mais multidimensionais”, segundo Maria Paula Fortes. Isto demonstra que um problema social pode originar simultaneamente um outro, na medida em que a dimensão do mesmo atinge a sociedade. Mas, por outro lado, segundo Maria Paula Fortes, “o melhor desta profissão é o contacto com as pessoas e o tentar ser útil. É enriquecedor. Ficamos com uma visão alargada dos problemas da sociedade; é gratificante vê-los resolverem-se”. Isto porque se vivencia directamente e/ou indirectamente a realidade dos clientes que são vítimas dos problemas sociais.

“É uma profissão que está à procura de caminhos, que já tem uma base e uma trajectória, uma vez que há muito tempo, sem uma data exacta, existem Assistentes Sociais cabo-verdianos que trabalham nesta área”. (Jandira Barros).

2.1.3 – Código de ética e organizações/associação de Serviço Social em Cabo Verde.

A criação de um código de ética da profissão de Serviço Social em Cabo Verde passa sobretudo pela criação de uma organização e/ou associação dos profissionais desta classe, com o objectivo de defender os seus interesses. Neste sentido, segundo alguns destes profissionais já inseridos no mercado de trabalho:

Houve uma tentativa de construir uma associação dos profissionais desta área, com o objectivo de dar um passo nesse sentido. A iniciativa partiu de quatro Assistentes Sociais, sendo dois com mais anos de trabalho, porém foi um fracasso, porque tiveram que deslocar-se do país. Deste modo, as ideias ficaram para trás e o tempo já quase não permitir a realização do desejo, devido à falta de financiamento, estrutura, tempo e engajamento de poderes. (Ângela Fortes).

Sendo assim, a construção de uma organização profissional do Serviço Social é uma articulação entre os seus profissionais, de modo que possam conseguir organizar um trabalho em equipa na defesa da profissão, juntamente com os membros pertencentes à classe. Na verdade, o distanciamento entre as ilhas e um fraco número de profissionais de Serviço Social são algumas dificuldades encontradas na criação dessa organização em Cabo Verde. Isto indica, que todo o engajamento perspectivado na luta para o desenvolvimento do Serviço Social em Cabo Verde passa pela organização profissional que a dinamiza, com o intuito de criar uma estrutura que vai de acordo com suas exigências e atribuições profissionais, na regularização de toda a acção profissional.

Em Cabo Verde, não existem regras, porque existem sobretudo técnicos que actuam como Assistentes Sociais, mas para actuar como profissional desta área é preciso ter quatro anos de licenciatura de uma forma legal, assim como competência para entrar no mercado de trabalho e não trabalhar pelo senso comum. (Jandira Barros).

Devido à falta de regras não existe um controlo da acção profissional dos que actuam como tal e os que são, de facto, Assistentes Sociais, tornando-se assim cada vez mais difícil o reconhecimento do Serviço Social como uma categoria profissional. Entretanto, o que se torna importante neste ponto de referência, é a formação na área de Serviço Social e a construção teórica que nos permitem adquirir competências teóricas que vão ao encontro da prática profissional. Tudo isto demonstra que os momentos marcantes no processo de afirmação da profissão do Serviço Social em Cabo Verde, os Assistentes Sociais tiveram algumas dificuldades para um trabalho colectivo, porque “tratava-se de um Serviço Social que teve algumas limitações nas programações, recursos humanos, financeiros e sobretudo as limitações logísticas”, segundo Madalena Tavares.

Contudo, apesar dessa tentativa da criação de um código de ética que regulasse o Serviço Social em Cabo Verde, esta “foi limitada pelas dificuldades encontradas durante o seu percurso histórico”, como reforça Madalena Tavares. Diante desta ausência, muitos profissionais actuam segundo as leis existentes no país, ou de outros países, consoante a trajectória e a formação académica de base.

No meu caso particular, oriento-me no código de ética Brasileira, já que fiz a minha licenciatura no Brasil. Mas também no exercício das minhas funções baseio-me em várias legislações como Constituição da República, o Código Penal, o Código do Processo Penal e a Lei de Execução de Penas. (Maria Paula Fortes).

2.1.4 – Dificuldades profissionais.

As dificuldades profissionais relacionadas com o Serviço Social em Cabo Verde têm muito a ver com a falta de reconhecimento do trabalho desenvolvido, já que segundo Ângela Fortes “no mercado de trabalho, as dificuldades surgidas são a falta de contratação dos profissionais, a inexperiência profissional, a demora na espera para receber um salário e a procura que é gritante, mas o principal problema é a falta de oportunidade”.

Esse facto, torna-se uma situação preocupante, sabendo que o Serviço Social é uma profissão nova em Cabo Verde, que inicialmente teve um número de Assistentes Sociais no mercado de trabalho bastante reduzido. Por isso, “como não é uma profissão muito conhecida, as próprias instituições sociais não têm uma ideia clara da profissão porque não querem um Assistente Social”. (Jandira Barros).

A relação entre as instituições sociais/ONG's e o Serviço Social permite compreender o papel, a importância e o desempenho do Assistente Social dentro do seu campo de trabalho, para que o seu reconhecimento se faça notar.

Uma das dificuldades encontradas reside no “ precário reconhecimento do profissional frente a outras consideradas de maior relevo na sociedade como a medicina, a engenharia, entre outros” (Maria Paula Fortes). Desta forma, o Serviço Social surge como uma profissão que ainda é pouco conhecida pela sociedade cabo-verdiana e em função disso, ainda não é vista como uma profissão relevante. A outra dificuldade, como nos avança Maria Paula Fortes:

É que, enquanto se está na universidade criamos a expectativa de nos tornarmos um profissional que na sua apreensão terá autonomia e competência para desempenhar criativa e criticamente as suas tarefas. No entanto, ao ingressar numa instituição vemos que não temos tanta autonomia para desempenhar as nossas funções, pois não dispomos das condições materiais e técnicas para o exercício do trabalho e do completo controle sobre o mesmo, seja no que se refere à maneira de exercê-lo, ao estabelecimento de jornada de trabalho, ao nível de remuneração e, ainda, ao nível do público a ser atingido. Podemos propor, mas a concretização de um trabalho vai depender do aval da direcção da instituição. (Maria Paula Fortes).

Pela vontade de querer participar na mudança social, o percurso académico é importante pela sua forma crítica de analisar as discussões sobre as questões sociais. Mas, dentro do mercado de trabalho este profissional é limitado por algumas dificuldades que o impossibilitam de ter e de ganhar uma autonomia no seu exercício profissional.

2.1.5 – A construção da identidade profissional do Serviço Social em Cabo Verde.

A história do Serviço Social em Cabo Verde demonstra que a identidade profissional se processou ao longo da sua caminhada, através das respostas ao agravamento das questões sociais, a partir das intervenções desenvolvidas pelos Assistentes Sociais ao nível de planos, programas e projectos.

Tudo isto atribui a esta classe profissional um dinamismo que se complementa com as características básicas que definem o Serviço Social cabo-verdiano, de forma que, o mesmo possa ganhar reconhecimento no seio da nossa sociedade.

Existem vários elementos que interferem na trajectória profissional dos Assistentes Sociais. Podemos referir, como um desses elementos as motivações iniciais que orientam a procura do curso de Serviço Social, estimulados sobretudo pela imagem social da profissão. (Maria Paula Fortes).

Neste momento, esta fase continua a ser um marco para o Serviço Social cabo-verdiano, pela abertura de cursos de Serviço Social nas universidades em Cabo Verde, o que promoveu uma procura, e pelo facto de ser uma nova área de ensino no país.

Mas, como sabemos ainda estamos em processo de construção identitária do Serviço Social. Para o futuro, já se vislumbram mudanças nesse sentido, uma vez que com a abertura de algumas universidades que oferecem o Curso de Serviço Social, este terá maior visibilidade e até lá os nossos possíveis empregadores já terão entendido o significado social e a utilidade da nossa profissão. (Madalena Tavares).

Torna-se claro que a construção identitária resulta no reconhecimento da profissão por parte da sociedade cabo-verdiana. Assim, podemos perceber que a abertura do curso de Serviço Social nas universidades cabo-verdianas foi um dos aspectos importantes nesse processo, da mesma forma, que o surgimento das novas ONG's.

De acordo com Maria Paula Fortes, “verificamos, pois, a presença de um conjunto de representações acerca da profissão que a colocou como especial, guiada pelos valores nobres”. Deste modo, a profissão começa a ganhar a sua relevância no seio da sociedade que a permite desenvolver-se.

Todo esse processo é auxiliado com o desenvolvimento de Cabo Verde, de acordo com o contexto histórico e social, que é caracterizado sobretudo pelas mudanças e transformações sociais. No entanto, a construção identitária do Serviço Social em Cabo Verde “tem um

grande significado que marca este processo, bem como a evolução das questões sociais e as suas formas de enfrentamento”, segundo Maria Paula Fortes.

Pelas formas de encarar as questões sociais, o Serviço Social cabo-verdiano surge como uma profissão “integrada ao sector público em especial, face à progressiva ampliação de controlo e do âmbito da acção do Estado junto a sociedade civil” (Maria Paula Fortes). Isto significa que o profissional desta área se encontra vinculado a um serviço estatal na elaboração e execução das políticas sociais.

Dessa forma, não podemos pensar na profissão dentro do processo de reprodução das relações sociais independentemente das organizações institucionais a que se vincula, como se a actividade profissional se encerrasse em si mesma e os seus efeitos sociais derivassem, exclusivamente, da actuação do profissional. (Maria Paula Fortes).

Isto faz-nos perceber que o Assistente Social trabalha também pelas ONG’s, dentro de um contexto social, pelas respostas que as mesmas constroem para as questões sociais nas múltiplas dimensões, através das práticas dos projectos desenvolvidos, os quais são executados com vista à melhoria das condições de vida das pessoas que carecem de determinado tipo de apoio.

(...) podemos constatar também que a formação dos Assistentes Sociais envolve uma postura de indignação frente à injustiça social e às desigualdades entre as classes sociais, relevando-se um certo tipo de negação ou de recusa da ordem estabelecida. (Maria Paula Fortes).

Da mesma forma que o Assistente Social, em todas as sociedades, procura defender direitos sociais e promover transformações e mudanças sociais, o mesmo motiva-se pela sua formação, que lhe dá uma certa capacidade de ser crítico com uma visão modernizadora que tende a contribuir para uma sociedade mais justa.

Capítulo 3 : ONG's cabo-verdianas no desenvolvimento comunitário.

O terceiro capítulo tem como objectivo caracterizar a actuação das Organizações Não Governamentais (ONG's) cabo-verdianas no que se refere ao papel do Assistente Social no processo de desenvolvimento comunitário, a fim de analisarmos até que ponto essa actuação se traduz numa mediação social. Sendo assim, procuramos perceber por meio do desenvolvimento comunitário protagonizado pelas ONG's cabo-verdianas, como é que o Assistente Social constrói esta relação entre as comunidades beneficiárias de projectos sociais e os respectivos promotores dos projectos sociais (as instituições estatais, as ONG's e as associações comunitárias). Neste sentido, desenvolvimento comunitário é um processo dinâmico e exigente no trabalho da equipa técnica de uma determinada ONG e/ou instituição social, implicando estudar a (s) comunidade (s) para conhecê-la melhor, a partir de um estudo de caso aprofundado da (s) mesma (s).

Sendo assim, a nossa ideia é desenvolver este capítulo a partir da actuação da Associação para a Solidariedade e Desenvolvimento – Zé Moniz (AZM) e da ACRIDES, porque são umas das associações cabo-verdianas que trabalham directamente com o desenvolvimento comunitário. Deste modo, elas trabalham com o objectivo de identificar os problemas que afectam a sociedade e em seguida procuram dar respostas para minimiza-las. Sendo assim, elas são campos de actuação dos profissionais do Serviço Social.

3.1 – Caracterização das ONG's cabo-verdianas.

“A sociedade civil cabo-verdiana apresenta, desde os anos 90 do século XX, um grande dinamismo, motivado pela necessidade de, com a participação das populações, promover e construir uma vida melhor para todos” (Plataforma das ONG's de Cabo Verde 2007: 9).

A luta e a atitude da sociedade cabo-verdiana em mudar e em transformar-se, constituem um motor do surgimento e do desenvolvimento de muitas das ONG's presentes no seio da sociedade cabo-verdiana, que têm como objectivo promover o desenvolvimento comunitário e não só. No entanto, entendemos que na luta pela construção social da sociedade cabo-verdiana, através da minimização e da eliminação dos seus problemas sociais, as ONG's constituem um dos fortes parceiros. Neste processo, procuram trabalhar com as populações mais desfavorecidas e/ou em situações de vulnerabilidade os quais não têm uma boa integração no processo de desenvolvimento da sua comunidade e/ou do país. Logo, defendemos que o próprio desenvolvimento remete à transformação e ao crescimento da população a nível económico, cultural, social e político, reforçando assim a ideia de um desenvolvimento comunitário articulado nas comunidades urbanas em Cabo Verde.

O associativismo acompanha o desenvolvimento de Cabo Verde em simultâneo com o surgimento de novas ONG's e Organizações da Sociedade Civil (OSC's) devido a um trabalho dinâmico e eficaz por parte dos mesmos. Isto porque, a importância atribuída a estas organizações tem sido bastante influenciadora e motivadora, a partir das respostas positivas obtidas nas acções desenvolvidas nas comunidades, com as populações mais desfavorecidas.

A vida associativa evoluiu muito, desde então e, hoje, o país já conta com mais de duas centenas de ONG's e cerca de 600 outras categorias de OSC's sob forma de associações comunitárias, organizações socioprofissionais, ligas, fundações, redes, cooperativas, mutualidades e grupos, entre outras. (Plataforma das ONG's de Cabo Verde 2007: 9).

Ao abarcar todo o território nacional, o associativismo ganha um peso importante no seio da sociedade civil, pelo grau de confiança organizacional das comunidades, no sentido de transformar para melhorar a condição de vida das mesmas, expressando a coesão entre os seus membros.

As intervenções sociais constituem-se como um modelo que caracteriza a mediação social e as práticas profissionais dos Assistentes Sociais entre as ONG's, as instituições sociais e as comunidades no desenvolvimento comunitário. Neste sentido, o Assistente Social torna-se um profissional importante, visto que é o eixo principal na ligação entre a comunidade e as

ONG's/instituições sociais, ao promover acções sociais e fornecendo uma estratégia de fomentar a cultura participativa das comunidades, no seu processo de desenvolvimento.

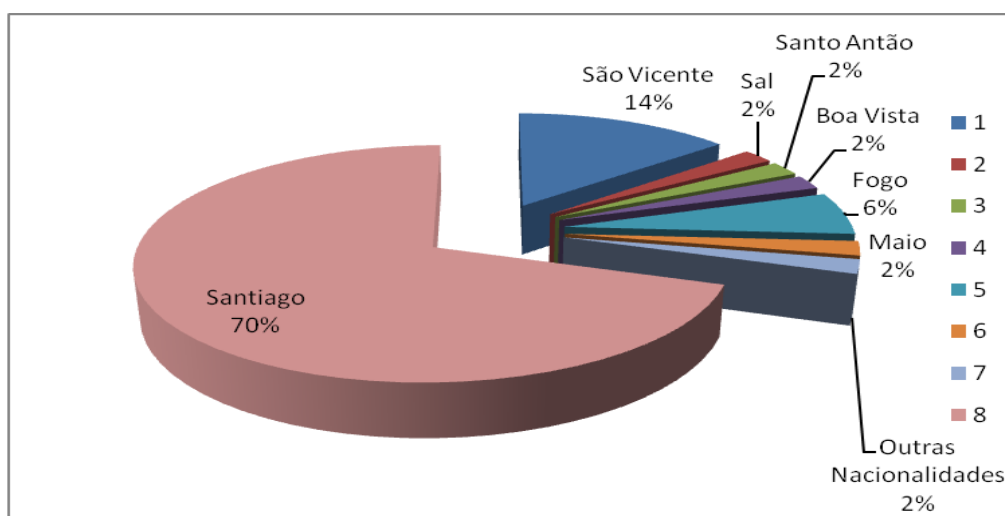
Relativamente ao campo de actuação das ONG's e das instituições sociais em Cabo Verde, estas lidam com temáticas variadas, tais como: a pequena – infância e a infância, juventude, 3ª idade, mulheres vítimas de violência doméstica, toxicodependência, HIV/SIDA, desenvolvimento comunitário, entre outros. Tudo isto, com a finalidade de dar respostas aos objectivos traçados para combater determinadas demandas do campo da actuação do Serviço Social.

Na linha da frente desta caminhada, encontram-se as ONG's de desenvolvimento e as associações comunitárias que, em todos os concelhos e ilhas, vêm participando, de forma significativa, para o desenvolvimento de Cabo Verde, ao mesmo tempo que concorrem para a redução da pobreza e da exclusão social, implementando acções de desenvolvimento e de promoção das populações pobres e muito pobres. (Plataforma das ONG's de Cabo Verde 2007: 9).

Dispersas por todo o território nacional, estas ONG's, procuram de uma forma promover o combate a redução da pobreza, tendo em conta que os dados sobre a pobreza em Cabo Verde revelam que “a maior concentração da população pobre é no resto de Santiago (43%), sendo 57% destes considerados muitos pobres. Segue-se a ilha de S. Antão com cerca de 16% dos pobres e a ilha do Fogo com 11%”. (Instituto Nacional de Estatística, 2001-2002: 30).

Nestas condições, as ONG's incrementam um conjunto de planos, programas e projectos que visam a resolução deste problema na promoção de mudança e de transformações sociais. Tendo em conta que os projectos de desenvolvimento comunitário têm como grupos-alvo as comunidades mais pobres e as que têm dificuldades de acesso à educação, saúde e outros serviços e bens sociais, apresentaremos a distribuição das ONG's segundo regiões/ilhas de actuação.

Gráfico nº 1: Actuação das ONG's segundo as ilhas.



Fonte: (Plataforma das ONG's de Cabo Verde 2007: 199).

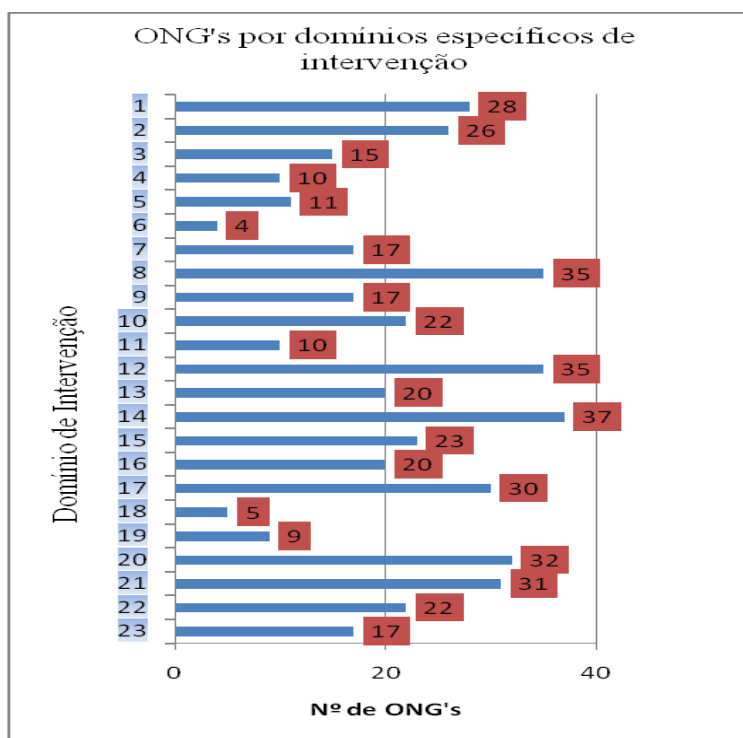
Podemos ver que as maiorias das ONG's concentram-se na ilha de Santiago, sendo que na Ilha de São Nicolau não existe ainda nenhuma ONG's. Entretanto, algumas dessas organizações actuam a nível nacional abraçando todo o país. A ilha de Santiago, por ser maior a nível geográfico e populacional do que as restantes, justifica assim o percentual maior de abrangência. Desta forma, podemos observar que mais de metade das ONG's e Organizações Comunitárias de Base (OCB's) têm sede na ilha de Santiago, principalmente na Praia, e um terço encontra-se em São Vicente. Por conseguinte, estes dados demonstram-nos uma análise das distribuições geográficas das ONG's cabo-verdianas de acordo com os domínios de intervenção de cada uma, conforme as questões sociais presentes nas comunidades. Contudo, mesmo havendo uma relação directa entre essa distribuição e o grau de intervenção das ONG's, muitas iniciativas, na maior parte das vezes, ultrapassam o universo do seu concelho ou ilha, levando a que muitas das mesmas acabem por realizar intervenções à volta de várias comunidades.

A descentralização entre as ONG's e OCB's nas ilhas de Cabo Verde, representa a tentativa de chegar e de estar perto das comunidades locais. Todas essas organizações, de uma forma particular, contribuem para o desenvolvimento comunitário, de modo que, “este engajamento justifica o aparecimento, nos últimos anos, de um grande número de ONG's de desenvolvimento e associações comunitárias, cuja acção estende-se aos mais variados domínios e sectores de actividades”. (Plataforma das ONG's de Cabo Verde 2007: 9). Daí que é preciso defender e desenvolver as estratégias que implicam o desenvolvimento das

comunidades locais a partir de um processo de planeamento, dos programas e dos projectos sociais que caracterizam o modelo de intervenção social nas comunidades.

Seguidamente, apresentamos o gráfico n.º 2 que traduz os domínios de intervenção de acordo com o número de ONG's que actuam nas respectivas áreas.

Gráfico n.º 2: Domínios específicos de intervenção.



Fonte: (Plataforma das ONG's de Cabo Verde 2007: 200).

1 – Outro; 2 – Saúde; 3 – Saneamento; 4 – Pesca; 5 – Pecuária; 6 – Mutualidade; 7 – Micro-crédito; 8 – Luta Contra pobreza/exclusão Social; 9 – Infra-estrutura; 10 – Habitação Social; 11 – Formação/Capacitação; 12 – Formação profissional; 13 – Estudos e projectos; 14 – Educação; 15 – Desporto; 16 – Desenvolvimento rural; 17 – Desenvolvimento comunitário; 18 – Cooperativa; 19 – Conservação de solos e água; 20 – Apoio a grupo vulneráveis; 21 – Ambiente; 22 – Água; 23 – Agricultura.

Domínios de intervenção (gráfico n.º 2).

Na maioria das vezes, todas as actividades desenvolvidas por estas organizações e associações articulam-se entre si com o objectivo de melhorar as condições de vida das populações mais carentes, com o intuito de promover as mudanças e transformações

societárias. Deste modo, facilitar o desenvolvimento comunitário implica a criação de um conjunto de estratégias que permite uma articulação entre as comunidades e os projectos sociais, em respostas às demandas sociais que vão surgindo no interior das comunidades.

Torna-se visível que os principais domínios de intervenção, das ONG's cabo-verdianas variam, sendo que 30 ONG's intervêm no campo de desenvolvimento comunitário. Pois, as comunidades tornaram um modelo de boas práticas sociais derivadas de projectos sociais, uma vez que estes factores são importantes de Cabo Verde.

De acordo com o gráfico número 2, podemos afirmar que a capacidade das ONG's cabo-verdianas de intervir em vários sectores é relevante no desenvolvimento do país e das suas comunidades, pois estas surgem como respostas às novas demandas encontradas na sociedade cabo-verdiana.

Tudo isto indica que “a filosofia é promover um trabalho integrado”. (Plataforma das ONG's 2004: 14), de modo que toda a comunidade esteja presente no processo de desenvolvimento comunitário. Isto significa que as ONG's procuram desenvolver e dar importância às actividades de intervenção em diferentes sectores.

“ou seja, que contemple as mais diversas áreas e demandas dos moradores, nomeadamente nos domínios da educação e do preenchimento dos tempos livres, passando pelos da saúde, protecção da infância e da pequena-infância, criação de actividades geradoras de rendimento e micro-crédito. (Plataforma das ONG's 2004: 14).

As principais características das ONG's relacionam-se com vários domínios e áreas de actuação, com o objectivo de melhorar as condições de vida das populações socialmente desfavorecidas, sobretudo pela defesa e garantia dos seus direitos. Sendo assim, as associações comunitárias, englobando as desportivas, culturais, religiosas, políticas e sociais, assumem a função de participar no processo de desenvolvimento da sua comunidade, pela aderência nas actividades desenvolvidas, gerando a coesão entre a comunidade e as ONG's e ou instituições sociais.

3.2– ACRIDES

Entre as várias ONG's, escolhemos a ACRIDES que actua em vários domínios de intervenção, como o desenvolvimento comunitário, água, ambiente e apoio aos grupos vulneráveis, tendo um profissional do Serviço Social que trabalha directamente com o desenvolvimento comunitário.

A escolha desta ONG para objecto de análise neste subcapítulo, justifica-se pelo facto de ser uma das associações que trabalha com as comunidades no processo do seu desenvolvimento e porque tem um Assistente Social. Desta forma, pretendemos atingir os objectivos traçados ao procuramos compreender a actuação desta ONG no processo de desenvolvimento comunitário, com os projectos sociais implementados nas comunidades. Por conseguinte, constitui um dos elementos que vai permitir conhecer e analisar a importância da prática profissional dos Assistentes Sociais nos centros de intervenção comunitária para o desenvolvimento das comunidades urbanas.

A ACRIDES é reconhecida como uma Associação de direito privado, que não objectiva lucrar, contemplada de carácter jurídico e autónomo, concretamente nos planos administrativos, financeiros e patrimoniais. A mesma pretende solidarizar-se socialmente e proporcionar o desenvolvimento das crianças desfavorecidas, pela garantia do bem-estar saudável e integral.

A ACRIDES procura promover um desenvolvimento comunitário a partir de um trabalho integrado com as crianças, jovens e famílias de uma determinada comunidade. Todo este processo vincula à criação de oportunidades na defesa dos direitos das crianças desfavorecidas que pertencem às famílias mais desfavorecidas/vulneráveis.

Na nossa sociedade, as garantias dos direitos sociais surgem a partir do Estado com as suas instituições, que trabalham juntamente com o terceiro sector para o fim propósito, de modo a garantir a protecção à infância, aos adolescentes, aos idosos e às famílias, por serem agentes de socialização e bases estruturais de toda e qualquer sociedade.

O papel do Assistente Social, como mediador social entre as ONG's e/ou instituições sociais e as comunidades, passa pelo objectivo de fazer a comunidade ter a consciência dos direitos sociais a que estão sujeitos intermediando as necessidades das comunidades com o objectivo do sistema empregador.

Relativamente à caracterização da infância, a ACRIDES defende que esta fase deve ser um tempo feliz, de protecção e amor. Portanto, as acções desenvolvidas pela associação alicerçam a protecção do bem-estar das crianças mais desfavorecidas, pela tomada de consciência sobre a problemática da criança carenciada, ao encarar os desafios que se colocam diante das desigualdades sociais. Isto porque pretendem garantir e defender o bem-estar social da criança no processo de desenvolvimento comunitário “através da valorização

e da integração na família, na sociedade e na escola, apoio no sentido da sua orientação vocacional, protecção e defesa dos direitos e deveres, sensibilização da sociedade civil para os direitos das crianças”. (Mendonça, 2006⁴).

No sentido de projectar e melhorar o processo de desenvolvimento comunitário, a associação pretende desenvolver todo esse trabalho juntamente com outras associações e com as comunidades que são beneficiárias de projectos sociais contendo actores activos no seu processo de desenvolvimento.

Também constatamos que “apoiam as crianças pobres, abandonadas, órfãos, crianças vítimas de maus-tratos e abusos sexuais, e crianças em situação de risco”. (Mendonça, 2006)⁵. Isto porque todos estes problemas estão de uma forma particular, relacionados com as comunidades onde a associação intervém.

Uma ONG e/ou instituição social, ao valorizar, garantir e prevenir o direito da criança através do desenvolvimento comunitário, significa criar formas de articular os projectos sociais com as necessidades da comunidade, no sentido de melhorar e projectar um futuro melhor para estes cidadãos.

Nesta perspectiva, o Assistente Social surge como um profissional capacitado na garantia dos direitos sociais, civis e na elaboração de políticas sociais que visam destacar a relevância dos cidadãos como membros sociais submetidos aos seus direitos.

Daí que as intervenções da ACRIDES baseiam-se nas necessidades da criança desfavorecida, por uma especial protecção da família, da sociedade e do Estado, proporcionando-lhes/criando-lhes condições necessárias para um desenvolvimento integral das suas capacidades físicas e intelectuais, como também protegê-las em caso de doença, abandono ou carência afectiva.

A estratégia de desenvolver e defender os direitos das crianças, cria e garante o bem-estar social das mesmas, juntamente com as famílias, ao fornecer-lhes a oportunidade de participarem no seu desenvolvimento pessoal e integrado da comunidade onde pertencem. É certamente um espaço importante de actuação dos Assistentes Sociais, vinculados a uma ONG e/ou instituição social.

⁴ Colaborador da ACRIDES

⁵ Colaborador da ACRIDES

Para dar sustentabilidade às acções levadas a cabo, às comunidades “apoiam crianças com programas de apadrinhamento, apoio escolar, alimentar, orientação vocacional, tempos livres, etc. Organização de debates, palestras, acções que visam a sensibilização para a problemática de criança em geral, e da criança desfavorecida”. (Mendonça, 2006)⁶.

Tudo isto indica que através das técnicas utilizadas pela associação em divulgar e informar sobre os problemas sociais, a mesma pretende promover o desenvolvimento comunitário através da educação e nomeadamente a partir das outras actividades levadas para as comunidades.

3.2.1 – Papel do Assistente Social da ACRIDES no Desenvolvimento Comunitário.

Tendo em conta o objecto de estudo que definimos para este trabalho, procurámos uma das ONG's que tivesse um profissional do Serviço Social. Para dar mais relevância ao trabalho a ser elaborado, fizemos uma entrevista ao Assistente Social da ACRIDES, a fim de analisar o seu papel no processo de desenvolvimento comunitário. Assim, fez-se uma entrevista à Assistente Social Juvelina Monteiro.

Segundo Juvelina Monteiro, “a ACRIDES actua em quatro comunidades da cidade da Praia como Tira Chapéu desde Março de 2010, Achada São Felipe que foi a primeira comunidade, a Bela Vista desde o ano 2007/2008 e Achada Grande Trás a partir do ano 2008”. Isto porque, estas comunidades apresenta(va)m acentuados problemas sociais que careciam de uma intervenção urgente e eficaz.

Ao trabalhar com as comunidades “o Assistente Social tem um papel muito importante no desenvolvimento comunitário, porque este profissional tem a capacidade de dar sustentabilidade neste processo” (Juvelina Monteiro). Nesta óptica, a entrevistada quer dizer-nos que este profissional consegue estar por perto das actividades desenvolvidas nas comunidades, com vista a dar seguimento e colaboração nos projectos sociais através da sua prática profissional.

Igualmente, constatamos que as comunidades urbanas na sociedade cabo-verdiana vêm crescendo e como tal os fenómenos vão se alastrando, criando um foco de atenção, para os possíveis problemas sociais que possam surgir, talvez derivados de outros que possivelmente as influenciam. Assim, a actuação do profissional de Serviço Social nas comunidades, está

⁶ Colaborador da ACRIDES

inserida num contexto de permanentes desafios como a exclusão social, o desemprego, a violência, a toxicodependência, a prostituição, abandono e insucesso escolar, trabalho infantil, violência doméstica, crianças em situação de rua, entre outros.

Na verdade, o posicionamento do Assistente Social não se resume somente a apoiar os necessitados, mas também a compreender os fenómenos sociais. Isto porque, com o agravamento dos problemas sociais na sociedade cabo-verdiana, as demandas sociais aumentam, requerendo planos, programas e projectos que promovam o desenvolvimento social e comunitário. Nesta linha de ideias, o Assistente Social actua na defesa do objectivo dos projectos sociais a serem implementados nas comunidades no sentido de prevenir os possíveis problemas sociais que nelas poderão surgir.

O Assistente Social tem de dar resposta sustentável ao desenvolvimento comunitário, porque se não houver a sustentabilidade, o trabalho fica sem o resultado positivo esperado. No entanto, não há resultados sem objectivos atingidos, isto porque os projectos sociais têm de ter resultados positivos, mas para isso o Assistente Social tem de ter um bom perfil. (Juvelina Monteiro).

Sendo assim, a sustentabilidade significa conhecer bem a comunidade para depois elaborar projectos ou executar acções sociais que visam eliminar e/ou minimizar os problemas sociais existentes dentro da comunidade. Em função disso, o Assistente Social e as ONG's/instituições tomam como metodologia a elaboração de um diagnóstico comunitário, ou seja, levantamento de dados e de informações sobre a comunidade. Do mesmo modo, o Assistente Social tem a possibilidade de concretizar as actividades, de entender a comunidade onde cada indivíduo está inserido. A partir daí, este profissional pode sugerir planos, programas e projectos à entidade profissional, de modo a possibilitar o tão desejado desenvolvimento comunitário, familiar, juvenil e infantil.

Ao procurarmos conhecer e analisar a importância da prática profissional dos Assistentes Sociais nos centros de intervenção comunitária para o desenvolvimento das comunidades urbanas, compreendemos que implica a este profissional ter um posicionamento teórico e prático que visa a elaboração das políticas de actuação a partir do diagnóstico comunitário, sendo esta uma das estratégias que facilita a ONG a conhecer a comunidade. Por conseguinte, o Assistente Social surge como um profissional que trabalha no “terreno”, ou seja, vai para a comunidade para poder conhecê-la através da realização de levantamento de dados, informações e visitas domiciliárias. Portanto, este não deve trabalhar pelo “senso comum”, mas sim pelos factos, procurando compreender o significado social dos problemas

da comunidade. Assim, podemos perceber que ao sensibilizar a comunidade e as famílias para aderirem aos projectos e aos objectivos que os mesmos propõem, consegue-se melhorar a consciência das mesmas para contribuírem no desenvolvimento da própria comunidade, numa perspectiva não assistencialista.

Compreendemos que o posicionamento do Assistente Social configura-se como um elo de ligação entre a ONG e a comunidade, caracterizado sobretudo pela mediação social que se constitui como um modelo de mudança e transformação social no processo de desenvolvimento comunitário.

O Assistente Social “tem um papel preponderante que passa pela autonomia”, segundo a nossa entrevistada Juvelina Monteiro, pelo facto de ter e de desenvolver algumas técnicas que promovem o interesse da comunidade em participar no seu próprio processo de desenvolvimento. Afirma ainda que, o Assistente Social “tem de ser um profissional eficaz, com conduta e forma de estar na vida, no grupo e na comunidade, onde se vê nele como modelo de mudança social, ao demonstrar a capacidade de fazer a comunidade acompanhar o seu processo de desenvolvimento”. Nesse sentido, é preciso ter um compromisso ético, político e metodológico com a profissão, no que diz respeito à intervenção social que objectiva promover a mudança social na comunidade e sobretudo pela forma como representa uma ONG ou instituição social no trabalho com a comunidade.

Ao assumir o papel de mediador social, o Assistente Social constitui-se como um agente activo na organização comunitária, pela capacidade de associar e incentivar as associações existentes na comunidade, no sentido de assumirem a importância de articular com o projecto que visa garantir o bem-estar social da comunidade.

O Assistente Social “tem de ser audaz”, segundo a Assistente Social, “porque em muitos casos a comunidade deve sentir a presença da ONG a partir das acções sociais desenvolvidas para a promoção do Desenvolvimento Comunitário e dos seus profissionais”.

Portanto, os centros comunitários pertencentes às ONG’s e/ou instituições conseguem atenciosamente trabalhar de uma forma mais eficaz com as comunidades, onde “é preciso desenvolver actividades de acordo com a situação geográfica”, refere a entrevistada, procurando assim atender o público-alvo de uma forma articulada.

Para que todo esse processo se desenvolva, o Assistente Social tem de ser um profissional competente, trabalhar na/e com a equipa técnica para que o desenvolvimento comunitário seja um processo que atinja os objectivos definidos pela ONG' e/ou instituições. Juvelina Monteiro caracteriza o papel do Assistente Social no processo de desenvolvimento comunitário, como “facilitador, ou seja, aquele que facilita a vida das pessoas na comunidade e facilita o acesso a outras entidades ou instâncias”. Isto porque é um profissional que dá resposta, juntamente com a ONG, através de projectos sociais e encaminhamento a outras ONG's ou instituições a uma determinada demanda.

A entrevistada reforça ainda a ideia de que o “Assistente Social é uma ponte que consegue estar entre povo e o Estado, população e ONG, entre os conflitos sociais”. Esta ponte significa que este profissional consegue estar entre os dois lados, onde recebe as solicitações a partir dos indivíduos e procura resolver e dar respostas por meio da sua actuação nas ONG's e instituições. Portanto, o Assistente Social assume uma perspectiva política que visa a transformação social, ao trabalhar com situações de conflitos, porque trabalha com a desigualdade social, necessidades e interesses diferentes dentro de uma determinada comunidade.

Da mesma forma, o Assistente Social assume uma função pedagógica ao procurar minimizar determinadas situações de conflitos e problemas dentro da comunidade, no sentido de consciencializá-la sobre determinados problemas sociais, a partir da concretização de determinadas acções sociais desenvolvidas pela ONG e/ou instituição social.

Igualmente, o significado do papel do Assistente Social, como mediador social, procura compreender a essência do problema, saindo da aparência da comunidade e dos seus membros e vendo-os no seu meio, a fim de ter uma perspectiva articulada dos problemas sociais existentes.

A mediação social representa uma prática profissional aplicada ao saber científico, a partir de uma metodologia científica que pretende alcançar objectivos práticos, tais como: as acções e as actividades desenvolvidas pelo Assistente Social e pela equipa técnica da ONG e/ou instituição social. De acordo com a nossa entrevistada, “os beneficiários são emissores, o Assistente Social é um mensageiro e a ONG constitui-se como o receptor, numa perspectiva recíproca”, porque o Assistente Social articula a comunidade e a ONG com o objectivo para “fazer encontro com os objectivos a serem alcançados para que a comunidade

se desenvolva a partir da eficácia em ter um bom resultado. Nesta análise, a eficácia significa fazer bem na hora certa, com o objectivo de alcançar bons resultados.

Deste modo, a relação entre a comunidade, a ACRIDES e o Assistente Social no desenvolvimento comunitário, submete-se “à amizade, ao companheirismo e ao espírito de equipa”, como avança a Assistente Social, porque tudo isto garante uma relação de proximidade entre a comunidade e os centros comunitários, implicando necessariamente uma relação de cooperação e participação. Neste sentido, como resultado, consegue-se “a vantagem de desenvolver a comunidade”, a partir da concretização do projecto a ser implementado, ao desenvolver várias actividades como o micro crédito, formações que promovam oportunidades ao primeiro emprego, entre outros.

Na estratégia de compreender e conhecer as necessidades das comunidades, o Assistente Social procura conhecer e identificar o seu principal público-alvo, de modo que consiga fazer uma articulação com a intervenção planeada e a ser executada, como nos exemplifica a entrevistada na experiência com a zona de Achada Grande Trás.

Para o melhor desenvolvimento da comunidade de Achada Grande Trás, a abertura do centro comunitário obrigou a associação a desenvolver algumas actividades como aula de pintura, música (violão), capoeira e tecelagem. Futuramente vão ser desenvolvidas mais actividades como culinária, rendas e bordados, sala de computadores para trabalho de cursos de formação e Internet. (Juvelina Monteiro).

Estas actividades são estratégias que procuram integrar a comunidade no seu processo de desenvolvimento, ao ocupar os tempos livres dos jovens com formações que necessariamente servirão para melhorar as suas condições de vida e, por conseguinte, desenvolver a comunidade de uma forma autónoma.

Portanto, os instrumentos e as técnicas, que evidenciam o trabalho do Assistente Social no desenvolvimento das estratégias, para uma intervenção comunitária, tais como: visitas domiciliárias, relatórios de visitas, resolução dos problemas, encaminhamento dos casos, entre outros, constituem uma metodologia para as intervenções comunitárias.

3.2.2 – Comunidade de Achada Grande Trás

Com o objectivo de trazeremos a experiência intervencionista da ACRIDES, debruçamo-nos aqui sobre a sua actuação na comunidade de Achada Grande Trás.

Geograficamente, as subzonas existentes dentro da comunidade são vulgarmente conhecidas como Bairro, Marrocos e Baixo. No entanto, das infra-estruturas existentes na comunidade, notamos um centro de saúde, uma placa desportiva, um centro comunitário, a ADEGA, A TOYOTA, Confissões Alves Monteiro, entre outras.

A comunidade cresceu muito nos últimos anos e continua a crescer com a construção das novas casas, aumentando assim a circulação das pessoas. Deste modo, podemos perceber que existem pessoas pobres, assim como outras que já têm um estilo de vida social e economicamente confortável. A compreensão da actuação da ACRIDES nesta comunidade implica necessariamente compreender a importância do centro comunitário existente na mesma, visto que a ACRIDES desenvolve algumas acções sociais a partir deste centro conforme o grau e a frequência das exigências.

3.2.3 – A actuação da ACRIDES na comunidade de Achada Grande Trás.

Desde o ano 2008, a associação tem trabalhado na comunidade de Achada Grande Trás, devido a um elevado nível de violência urbana entre os jovens desta comunidade. Deste modo trabalhamos com jovens do referido local no sentido de sensibilizar a não-violência, transmitindo algo de positivo a partir de testemunhos. (Juvelina Monteiro).

Como foi referido anteriormente, Achada Grande Trás é uma das comunidades da Cidade da Praia que beneficia de projectos sociais desenvolvidos pela ACRIDES para proporcionar o desenvolvimento comunitário, na perspectiva de atender as pessoas desfavorecidas dos bens e serviços socialmente valorizados. O objectivo da actuação é “promover o desenvolvimento comunitário e ter equipamentos sociais (centro de saúde, jardim infantil, escola, centro comunitário, placa desportiva, entre outros)”. (Juvelina Monteiro). Nesta dinâmica, a Assistente social entrevistada defende que o desenvolvimento comunitário implica a existência de um conjunto de infra-estruturas e recursos na comunidade, a fim de proporcionar o desempenho das acções sociais.

Como referimos anteriormente, “para actuar na comunidade de Achada Grande Trás a associação elaborou um diagnóstico comunitário para poder trabalhar com a comunidade”. Isto significa que procuram conhecer a comunidade no sentido de ter informações sobre a mesma” (Juvelina Monteiro). Uma vez que o diagnóstico comunitário surge como uma das metodologias e atribuições do Serviço Social e de outros profissionais, com o objectivo de conhecer a comunidade e procurar promover o seu desenvolvimento face às demandas sociais existentes na sociedade.

Muitas vezes, a actuação de uma ONG e/ou instituição numa determinada comunidade é resultado dos problemas sociais que afectam aquela comunidade, onde é preciso agir para a minimização e/ou eliminação dos problemas. Assim, para promover as mudanças sociais entendemos que ao actuar perante situações de risco no processo de Desenvolvimento Comunitário, a ACRIDES perspectiva dar aos jovens da comunidade de Achada Grande Trás a oportunidade de melhorar o estilo de vida, minimizando assim situações de vulnerabilidade social. Em suma, o Assistente Social é um profissional que convive directamente com as manifestações da questão social na comunidade, sendo a sua actuação institucional baseada na mediação social ao assumir a função de facilitador, orientador e articulador na relação entre duas realidades: o mundo da comunidade e o mundo da instituição (o sistema empregador).

3.2.3.1. – Actividades desenvolvidas na comunidade de Achada Grande Trás.

“Na área de saúde, articulam com os centros de saúde da comunidade a partir de sensibilização e de palestras, isto é, criam mecanismos para dar alternativa a outros seguimentos”. (Juvelina Monteiro).

Isto demonstra-nos uma significativa importância de articulação entre as instituições sociais, em trabalhar em prol do desenvolvimento comunitário, fortificando o espírito de melhorar e transformar a sociedade.

Segundo a entrevistada, “o fornecimento de cestas básicas para familiares mais pobres da comunidade é uma das formas encontradas para melhorar as condições de vida das famílias mais desfavorecidas”.

Segundo a mesma, o trabalho com a comunidade tem sido muito valorizado pela ACRIDES, que vem desenvolvendo actividades de acordo com as suas áreas de intervenção. Isto porque “as actividades dependem de cada área (saúde, educação, meio ambiente e social)” como nos esclareceu a entrevistada. Notamos novamente a necessidade de articulação ou de colaboração que deve existir entre as instituições em prol do desenvolvimento comunitário, através de actividades que tem em vista alcançar os mais diversos campos de intervenção.

Uma das actividades desenvolvidas foi no sentido de promover a defesa do meio ambiente. Foram entregues cheques no valor de 15.000\$00 para 10 mulheres que praticavam a apanha de areia na praia do “Portinho”, com o objectivo de preservar o meio ambiente e dar alternativa na procura de melhorar as condições de vida das beneficiárias. Da mesma forma,

o objectivo do montante financiado pela associação era a promoção de actividades geradoras de rendimento nessas famílias, a fim de torná-las autónomas, independentes e sujeitos activos no seu processo do desenvolvimento comunitário.

Uma outra actividade desenvolvida foi a criação duma parceria com o Ministério do Trabalho para desenvolverem outras actividades de rendimento. Esta parceria permitiu a geração de estratégias para a promoção e integração da comunidade no seu processo de desenvolvimento, através das pequenas actividades que lhes garantem a sobrevivência e a criação de um espírito não-assistencialista, por possibilitar a integração dos grupos sociais e das populações socialmente mais desfavorecidas que de uma certa forma carecem de apoios ao nível desportivo, social, cultural e económico.

Capítulo 4 : Relação entre Desenvolvimento Comunitário e Serviço Social em Cabo Verde

O quarto capítulo traz uma reflexão sobre a relação entre o Serviço Social e o Desenvolvimento Comunitário, a partir do estágio de licenciatura⁷ realizado na Associação Zé Moniz, mais concretamente no Centro Espaço Aberto – Safende. Isso porque através da experiência da Associação Zé Moniz com o Centro Espaço Aberto, na promoção do desenvolvimento comunitário, temos ferramentas para a compreensão da relação entre a mediação social e o processo de desenvolvimento comunitário no contexto do Serviço Social.

Justificamos a escolha da Associação Zé Moniz para este capítulo, pelo facto de ser uma das associações cujos projectos desenvolvidos com outros parceiros que pretendem promover o desenvolvimento comunitário. Para tal, centrar-nos-emos no trabalho realizado pela Associação Zé Moniz juntamente com outros parceiros na implementação do projecto “promoção da inserção sócio-profissional e prevenção de condutas de risco entre crianças e jovens vulneráveis da cidade da Praia”, na comunidade de Safende.

⁷ O estágio visa confrontar o saber teórico adquirido durante o curso com a realidade profissional concreta, no contexto cabo-verdiano ou internacional. Possibilitar ao aluno melhor conhecimento do meio profissional, as vantagens, limites e dificuldades da profissão. Estabelecer uma plataforma de contacto entre a Universidade e o meio empresarial e institucional envolvente. Facilitar a entrada no mundo laboral ou a consolidação da posição ocupada no mesmo. Sensibilizar o aluno sobre o papel do relacionamento interpessoal no mundo de trabalho: relações entre colegas, hierarquias da organização, tratamento com o público externo, etc. (Informações cedidas no plano curricular do curso Serviço Social, UNIPIAGET).

4.1 – Associação Zé Moniz.

Os fins da AZM são: contribuir para a promoção dos ideais de liberdade, de democracia, de espírito de tolerância e respeito pela pessoa; divulgar e sensibilizar para a problemática dos direitos humanos em Cabo Verde; e contribuir para o desenvolvimento económico, social e cultural da sociedade cabo-verdiana. (Forte, 2009: 2)⁸

A AZM foi criada em Março de 1995 (B.O. nº 29- II Série de 17 de Julho de 1995) por um grupo de amigos do Dr. Carlos Vitorino Dantas Moniz, comumente conhecido por Zé Moniz. Após a sua morte, e em sua homenagem, este grupo de 20 amigos/sócios decidiram fundar uma organização para lutar de forma activa na defesa dos princípios e valores que Zé Moniz sempre tinha defendido. “Actualmente a associação conta com 112 membros provenientes de quase todo o país e da diáspora; é membro activo da Plataforma de ONG’s de Cabo Verde e da Comissão Nacional dos Direitos Humanos e Cidadania” (Forte, 2009: 2) É uma associação conhecida e reconhecida pela sociedade cabo-verdiana através do trabalho desenvolvido.

Os objectivos da Associação Zé Moniz procuram o desenvolvimento social integrado, na medida em que a mesma procura defender os direitos humanos dos cidadãos cabo-verdianos, a partir de um trabalho que procura promover e capacitar os indivíduos na integração do seu desenvolvimento, em vários aspectos da vida de um ser humano. Para tal, esta organização procura defender os direitos humanos, realizações dos projectos sociais e prestações de serviços ao seu público-alvo.

Portanto, os objectivos da Associação Zé Moniz sustentam-se na lógica do Serviço Social, pois pretendem a defesa e a garantia dos direitos sociais das populações socialmente mais desfavorecidas, uma vez que o Serviço Social é uma das profissões, que por excelência, orienta a sua prática profissional, dando respostas às demandas sociais, consoante o seu campo de actuação, a fim de realizar intervenções sociais que garantem os direitos sociais e a justiça social. Nesta óptica, para trabalhar com a comunidade é necessário definir um conjunto de componentes (comunidade, participação, planos, programas e projectos) que proporcionem um desenvolvimento comunitário integrado, na medida em que esse processo engloba toda a comunidade na etapa da execução.

⁸ Iacopo Forte é Director do Centro Espaço Aberto - Safende

4.1.1 – Centro Espaço Aberto

O Centro, que nasceu no dia 23 de Fevereiro de 2008, embora num espaço provisório e de pequenas dimensões, através duma dinâmica comunitária crescente, tornou-se num ponto de referência para as crianças e os jovens deste bairro [Safende]. (Associação Zé Moniz, 2009: 4)⁹.

No contexto de desenvolvimento comunitário, o Centro Espaço Aberto – Safende surge como uma aposta em desenvolver a comunidade de Safende, com o intuito de promover um trabalho no seio da camada infanto-juvenil. Sendo assim, a participação comunitária constitui-se como um dinamismo dos grupos e/ou associações comunitárias, pela motivação da própria comunidade em aderir ao serviço voluntário e ao desenvolvimento comunitário, desenvolvendo algumas actividades básicas na comunidade.

Assim, o Centro Espaço Aberto surgiu na tentativa de promover um desenvolvimento social e comunitário da comunidade de Safende, com a perspectiva de trabalhar com as crianças e jovens da comunidade, a partir de algumas acções e/ou actividades planeadas. Contudo, ainda que não haja a presença do profissional do Serviço Social nas intervenções levadas à comunidade de Safende, os objectivos do Centro traduzem e reafirmam as lógicas da prática profissional do Assistente Social, ao realizar uma interligação entre as comunidades e as ONG's tendo em vista a realização de uma participação da comunidade no processo de desenvolvimento comunitário.

No Centro vão ser desenvolvidas actividades de capacitação e lazer para que as crianças em “situação de rua” e os jovens vulneráveis de Safende possam aproveitar o tempo de forma construtiva e saudável, evitando ser vítimas de alguns fenómenos sociais em expansão no bairro em questão, e em outras periferias da Praia. (Associação Zé Moniz, 2009: 4)¹⁰.

Todas as actividades desenvolvidas pelo Centro Espaço Aberto procuram garantir o bem-estar social da população no combate e na prevenção dos problemas sociais presentes nesta comunidade.

O projecto é a concretização de esforços que há mais de 5 anos estão sendo levados a cabo pela AZM e outros parceiros no bairro de Safende. De facto, as actividades marcantes realizadas pela Associação e parceiros são: a campanha de sensibilização sobre Sida e os comportamentos de risco de 2003, com o apoio da CSS/SIDA; a construção da placa de Street-basket em 2007, com a

⁹ Associação Zé Moniz é a proprietária do jornal A PALAVRA. Entretanto, colaboraram nesta edição, Manuel Faustino, Cláudia Rodrigues, Emerson Pimentel; Adélcia Duarte e Marta Silva.

¹⁰ Associação Zé Moniz é a proprietária do jornal A PALAVRA. Entretanto, colaboraram nesta edição, Manuel Faustino, Cláudia Rodrigues, Emerson Pimentel; Adélcia Duarte e Marta Silva.

parceria do ICCA, CMP, Comunidade de Sant'Egídio. (Associação Zé Moniz, 2009: 4)¹¹.

A estratégia utilizada pelo Centro Espaço Aberto é atender as necessidades que a comunidade tem, principalmente na camada juvenil, com o intuito de promover um desenvolvimento comunitário através das informações sobre determinados comportamentos de risco e cuidados na saúde e no incentivo à prática do desporto local. Neste processo, o campo da saúde é uma das formas de promover o desenvolvimento comunitário, uma vez que no processo de desenvolvimento comunitário, uma ONG pode criar parcerias com os serviços da saúde para atender a comunidade, através de formações, campanhas de sensibilização e atendimento dos usuários na comunidade. Relativamente a este assunto, o Serviço Social procura conhecer as principais necessidades da comunidade, através do levantamento dos dados relativos à saúde e só depois planejar/executar, em colaboração com a comunidade local, os projectos ligados à saúde comunitária.

É preciso identificar os componentes sociais (crianças, jovens, idosos e famílias) considerados como elementos básicos no desenvolvimento comunitário, que caracterizam a necessidade de desenvolver a comunidade a partir das acções e actividades que beneficiam a comunidade no seu todo.

Dentre as várias actividades, foi realizado, no âmbito da educação, o apoio escolar para as crianças com problemas ligados ao rendimento escolar e a capacitação de jovens através da formação sobre as novas tecnologias informáticas. No campo da saúde, definiram actividades de prevenção e promoção de estilos de vida saudáveis, por meio de atendimento psicossocial, encontros, palestras e disponibilização de informações sobre as condutas de risco, tal como campanhas de vacinação, consultas médicas, teste de despistagem do HIV/SIDA. No campo das actividades lúdicas, realizaram projecções de filmes, actividades desportivas, eventos comemorativos, passeios, uso da Internet, entre outras.

Nesta óptica, o desenvolvimento comunitário nas comunidades cabo-verdianas, muitas vezes passa por um trabalho de construção social e de prevenção dos problemas sociais, no qual a educação se constitui como um parceiro forte na promoção de um desenvolvimento pessoal integrado na comunidade, proporcionando o bem-estar social da mesma. Nesta medida, as formações profissionais constituem oportunidades de obter o primeiro emprego ou de (re)

¹¹ Associação Zé Moniz é a proprietária do jornal A PALAVRA. Entretanto, colaboraram nesta edição, Manuel Faustino, Cláudia Rodrigues, Emerson Pimentel; Adélcia Duarte e Marta Silva.

ingressar no espaço laboral. Na mesma linha, percebemos que o desenvolvimento comunitário tem a ver com o acesso à educação, uma vez que é um meio de desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos.

Dessa forma, o Serviço Social procura promover a garantia destes direitos através da realização de actividades que sensibilizem a comunidade, do mesmo modo, o profissional desta área participa em todo o processo de desenvolvimento comunitário, desde a fase de elaboração, planeamento, execução, até a fase da avaliação.

Dentre os vários parceiros do Centro, destacamos o apoio de instituições nacionais como o Instituto Cabo-verdiano de Crianças e Adolescentes (ICCA), Câmara Municipal da Praia (CMP), VERDFAM, Direcção Geral de Juventude (DGJ), Ministério da Educação (ME), MTFSS (Ministério de Trabalho Família e Solidariedade Social), entre outras. Tal como a actuação da ACRIDES, a do Centro reitera que na relação entre o Serviço Social e o Desenvolvimento comunitário é preciso levar em conta a criação das redes sociais, de parceiros diversos, a fim de se realizarem intervenções articuladas e sistémicas. Caso exemplar é o do projecto **“Promoção da inserção sócio-profissional e prevenção de condutas de risco entre crianças e jovens vulneráveis da Cidade da Praia”**. Este Projecto foi formulado pela AZM em articulação com a IEPALA, sendo posteriormente aprovado e financiado pela AECID. Para o seu funcionamento e a sua futura sustentabilidade, o Centro precisa de apoios institucionais e, neste sentido, o projecto é concertado com o ICCA, com o MTFSS, com a Câmara Municipal da Praia. Há assim, necessidade dos processos de Desenvolvimento Comunitário, através de projectos formulados pelas ONG's, estarem articulados com outros parceiros para a execução e avaliação dos mesmos, sendo que essa articulação se torna um factor relevante em todo este processo.

Com isto, o Serviço Social surge como uma profissão que faz parte da direcção das ONG's e/ou instituições sociais defendendo os objectivos traçados na construção de uma intervenção que propõe mudanças através da identificação dos antecedentes de uma determinada situação e das áreas necessárias à execução do projecto, estabelecendo prioridades. “De acordo com as prioridades do Estado de Cabo Verde e das Instituições públicas, o projecto em questão, aspira promover a inserção sócio-profissional e prevenir condutas de risco entre crianças e jovens vulneráveis da Praia”. (Forte, 2009: 4).

Neste contexto, entendemos que ao elaborar um plano de intervenção, que procura atingir um grupo alvo em situação de vulnerabilidade social e socialmente limitado ao acesso a serviços sociais básicos, é necessário inclui-los no processo de desenvolvimento comunitário.

Entendemos por vulnerável crianças e jovens “em situação de rua”, um fenómeno em crescimento nas áreas urbanas de Cabo Verde, distinguido duas tipologias: «meninos na rua» são aqueles provenientes de bairros periféricos que, sem romper laços com seus familiares, passam grande parte do seu tempo na rua, sem nenhuma supervisão adulta nem ocupação aparente; e os «meninos de rua», que tendo perdido parcial ou totalmente o contacto com suas famílias, pernoitam a maioria das vezes na rua. (Forte, 2009: 4).

Isto demonstra-nos que o desenvolvimento comunitário é um processo articulado com os vários factores (económicos, sociais, políticos, culturais e religiosos) da vida dos indivíduos e das comunidades, porque para trabalhar um problema social dentro de uma determinada comunidade, é preciso conhecer e trabalhar o que está dentro e por detrás do problema. No entanto, compreende-se que dentro de uma comunidade com crianças e jovens “em situação de rua” é preciso compreendermos em que tipo de família esta criança se encontra inserida, quais os outros problemas que a afectam, numa lógica de acumulação de desvantagens sociais. Deste modo, o profissional do Serviço Social torna-se um elemento que trabalha com os problemas sociais, com o intuito de compreender estes fenómenos, a partir do estudo de diagnóstico social nas comunidades.

Em suma, o Assistente Social constitui-se um “agente de mudança e desenvolvimento¹²” que procura intervir em diferentes demandas sociais, sendo que o vínculo profissional deste com os projectos sociais a serem executados pelas ONG’s e/ou instituições sociais permite esta intervenção comunitária.

¹² O significado de “agente de mudança e desenvolvimento” é trabalhado na perspectiva de Mariangela Belfiore Wanderley (2008).

Conclusão

No decorrer da análise do estudo efectuado, aproveitámos algumas considerações, de acordo com as bibliografias consultadas, juntamente com dados fornecidos pelas Assistentes Sociais entrevistados e ONG's trabalhadas.

Neste trabalho, objectivámos estudar o papel do Assistente Social como Mediador Social no Processo de Desenvolvimento Comunitário. Nesta óptica, pretendemos responder à pergunta de partida: **como se dá o papel do Assistente Social na relação entre as instituições sociais/organizações/ONG's e as comunidades beneficiárias de projectos sociais no processo de desenvolvimento comunitário?** Confirmando assim que a mediação social constitui um método na prática profissional do Assistente Social no processo de desenvolvimento comunitário.

As teorias que abordámos no primeiro capítulo, a partir dos teóricos citados, constituem um modelo de interligação entre a compreensão do trabalho teórico e prático, pela intervenção do Assistente Social no processo de desenvolvimento comunitário. Teoricamente os conceitos definidos procuram dar melhor compreensão ao trabalho, no sentido de aprofundar essas teorias e desenvolver a parte prática.

Por isso, resolvemos procurar conhecer e desenvolver um trabalho prático sobre o Serviço Social cabo-verdiano, a partir da sua história, criando um suporte para nos debruçarmos sobre o papel dos Assistentes Sociais no processo da sua actuação, dentro de uma determinada comunidade.

A história do Serviço Social em Cabo Verde desenvolvida no capítulo 2, objectivou conhecermos o significado da profissão na nossa sociedade cabo-verdiana, para a compreensão do papel do Assistente Social no processo de desenvolvimento comunitário.

Desta forma, a história do Serviço Social cabo-verdiano, ajuda-nos a compreender o papel do Assistente Social, como mediador social entre as instituições sociais/organizações/ONG's e as comunidades beneficiárias de projectos sociais, no processo de desenvolvimento comunitário, quando associamos a actuação deste profissional à sua prática, na tentativa de minimizar e/ou eliminar os problemas sociais.

No entanto, a história do Serviço Social em Cabo Verde não nos oferece nada de escrito para aprofundarmos sobre o tema. Sendo assim, é uma forma motivante para serem desenvolvidos novos estudos relacionados com a profissão no país.

Da mesma forma, essa história ajuda-nos a compreender o objectivo geral do trabalho, quando associamos o desenvolvimento do Serviço Social cabo-verdiano a uma profissão que surgiu juntamente com as novas ONG's no seio da nossa sociedade.

Tudo isto nos permitiu analisar a categoria da mediação social em Serviço Social, dentro do campo da actuação profissional do Assistente Social.

Ao confirmarmos a hipótese, notamos que a mediação social é um modelo importante para o processo de desenvolvimento comunitário, na medida em que o Assistente Social consegue desenvolver na equipa técnica de trabalho a articulação entre os projectos sociais e as comunidades, focalizando-se no objectivo principal que é o crescimento social das comunidades.

Assim, a mediação social torna-se necessariamente uma das técnicas de intervenção social nas comunidades, com vista à promoção do desenvolvimento da mesma, a partir das ONG's, associações comunitárias e instituições sociais, reforçando a coesão entre estes, no sentido de melhorar o estilo de vida da comunidade.

Dito isto, no capítulo 3 e 4 trabalhamos as ONG's que nos ajudam a compreender um dos nossos objectivos anteriormente definidos para a realização do trabalho: **analisar o impacto da intervenção profissional dos Assistentes Sociais que actuam nos projectos de desenvolvimento comunitário executado pelas ONG's cabo-verdianas**, a partir dos

objectivos definidos pelos mesmos nas suas intervenções e na promoção do desenvolvimento comunitário. Pois, essas ONG's constituem-se como um espaço de actuação dos Assistentes Sociais nas suas intervenções, quando são contratados para trabalharem com as comunidades nos projectos sociais. Daí que o Assistente Social consegue ter o papel de mediador social quando se apresenta como uma fonte de relacionamento e/ou interligação entre a (s) comunidade (s) e a (s) ONG (s) a partir da sua prática profissional.

Deste modo, entendemos que a mediação social promove a mudança social ao procurar minimizar os conflitos sociais, de forma que haja um desenvolvimento da comunidade em vários domínios (saúde, educação, formação sócio-profissional, actividades de lazer, entre outras).

Neste sentido, conseguimos atingir o objectivo que era **conhecer e analisar a importância da prática profissional dos Assistentes Sociais nos centros de intervenções comunitárias para o desenvolvimento das comunidades urbanas**, a partir do Centro Espaço Aberto – Safende, local onde se fez o estágio académico com o objectivo de desenvolver a parte prática do curso.

Nesta medida, notámos que o desenvolvimento comunitário requer uma actuação profissional qualificada, perspectivando conseguir alcançar resultados esperados de uma forma positiva. Sendo assim, a importância da prática profissional dos Assistentes Sociais nos centros de intervenções comunitárias para o desenvolvimento das comunidades urbanas, pondera conhecer bem a comunidade ou os seus públicos alvos de actuação, através do diagnóstico comunitário e de outros instrumentos/técnicas de intervenção, tais como: visitas domiciliárias, encontros com a comunidade, entre outros.

Necessariamente, a relação entre o desenvolvimento comunitário e Serviço Social trabalhado no capítulo 4, ajuda-nos a perceber a necessidade da existência de um Assistente Social ligado a uma ONG no processo de desenvolvimento comunitário.

Ao **analisarmos o impacto da intervenção profissional dos Assistentes Sociais que actuam nos projectos de intervenção social, para o desenvolvimento comunitário executado pelas ONG's cabo-verdianas**, como outro objectivo do trabalho, compreendemos que a ACRIDES, como uma associação que trabalha com as comunidades, na promoção de seu desenvolvimento, juntamente com a actuação do Assistente social, remete para importância da mediação social quando entendemos que este profissional faz

uma parte de ligação entre a comunidade e a ONG no sentido de melhorar estilos de comportamento e/ou de vida.

Logo, calculámos um impacto positivo da actuação do Assistente Social nas comunidades, pelo facto de conseguir facilitar a interacção entre a (s) comunidade (s) e a (s) ONG (s), no sentido de melhorar as condições de vida com as formações, actividades de lazer, apoio psico-social, entre outros. Ao levarmos em conta a articulação entre a comunidade e a ONG, o exercício da mediação procura melhorar a situação social e económica da comunidade através da minimização dos problemas sociais.

O outro objectivo, que visa **caracterizar a mediação social no processo de desenvolvimento comunitário**, tornou-se um dos elementos essenciais para a compreensão do trabalho quando objectivámos estudar o papel do Assistente Social como mediador social entre as instituições sociais/organizações/ONG's e as comunidades beneficiárias de projectos sociais no processo de desenvolvimento comunitário.

Portanto, ao analisarmos o papel do Assistente Social da ACRIDES no desenvolvimento comunitário, conseguimos ver que a mediação social se caracteriza como um modelo de facilitação, sustentabilidade, preponderância e um profissional audaz entre a comunidade e as ONG's.

De uma forma geral, **conhecemos e analisámos a importância da prática profissional dos Assistentes Sociais nos centros de intervenções comunitárias para o desenvolvimento das comunidades urbanas**, como outro objectivo do trabalho, quando trabalhámos, no terceiro capítulo, a ACRIDES como uma associação que promove o desenvolvimento comunitário com a actuação do Assistente Social neste processo. Isto porque, as comunidades beneficiárias de projectos sociais surgem como um campo específico da sua actuação. Toda essa importância foi analisada no quarto capítulo, quando relacionámos o desenvolvimento comunitário e o Serviço Social com a actuação da AZM a partir do Centro Espaço Aberto na comunidade de Safende. Isto indica-nos que de uma forma satisfatória conseguimos alcançar todos os objectivos traçados.

Logo, confirmámos a hipótese baseando-nos nas entrevistas realizadas aos Assistentes Sociais, principalmente a da ACRIDES, que trabalha directamente com o desenvolvimento comunitário, quando definimos que a prática deste profissional se constitui como modelo de mediação social entre as comunidades e as ONG's.

Esses dados, de uma forma genérica, demonstram pontos chaves que caracterizam a mediação social definida no primeiro capítulo, já que defendemos que a actuação dos Assistentes Sociais remete à categoria da mediação social quando este consegue facilitar, dar sustentabilidade ou dar preponderância aos projectos sociais, na interacção entre as comunidades e as ONG's, partindo da experiencia cabo-verdiana.

Contudo, a pergunta de partida, a hipótese levantada e os objectivos do trabalho definidos, de uma forma geral poderão ser um ponto de referência a melhorar o tema desenvolvido através de outros estudos nessa matéria, com vista à promoção do desenvolvimento do Serviço Social cabo-verdiano como uma profissão inserida no mercado de trabalho.

Bibliografia

- Almeida, H. N. (2001). *Conceptions e Pratiques de la Médiation Sociale*. Coimbra: Coimbra Limitada.
- Carmo, H. (1999). *Desenvolvimento Comunitário*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Estatística, I. N. (2001-2002). *Perfil de Pobreza em Cabo Verde 2001-2002*. Cabo Verde: Instituto Nacional de Estatística - Gabinete do IDRF.
- Estevão, A. M. (2006). *O Que é Serviço Social*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Forte, I. (2009). *Apresentação do projecto "promoção da inserção socioprofissional e prevenção de condutas de risco entre crianças e jovens vulneráveis da cidade da Praia"*. Cabo Verde - Praia: AZM, AECID, IEPALA.
- Mendonça, J. (2006). *ACRIDES*. Praia: ACRIDES.
- Moniz, A. p. (2009). Safende Está de parabéns. *A Palavra*, 4.
- Moniz, A. Z. (2009). Criança Prioridade Absoluta. *A Palavra*, 2.
- Neves, D. P. (2008). *Desenvolvimento Social e Mediadores Políticos*. Porto Alegre: UFRGS.
- Núncio, M. J. (2010). *Introdução ao Serviço Social*. Instituto Superior de Ciências Socialis e Políticas.
- ONG's, P. d. (Agosto de 2004). *Consolidar as Vitórias*. Alfa - Comunicação.

Payne, M. (2002). *Teoria do Trabalho Social Moderno*. Coimbra: Quarteto.

Verde., P. d. *Guia das ONG'S de Cabo Verde*.

Vieira, B. O. (1984). *Serviço Social: Percusores e Pioneiros*. Rio de Janeiro : Agir.

Wanderley, M. B. (1998). *Metamorfoses do Desenvolvimento de Comunidade*. São Paulo: Cortez.

ANEXOS

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Este guião de entrevista dirigido aos Assistentes Sociais cabo-verdianos visa descobrir a história do Serviço Social em Cabo Verde, bem como a análise do objecto de estudo que procura conhecer o papel do Assistente Social como Mediador Social no processo de Desenvolvimento Comunitário, com o objectivo de desenvolver e realizar trabalho de monografia para obtenção de licenciatura em Serviço Social na Universidade Jean Piaget de Cabo Verde.

1. Ano de trabalho como Assistente Social?
2. Em que ano e em que instituição social começou a trabalhar como Assistente Social em Cabo Verde?
3. Quando surgiu o Serviço Social em Cabo Verde?
4. Como define o Serviço Social em Cabo Verde?
5. O que faz um Assistente Social?
6. Quais são os principais campos de actuação dos Assistentes Sociais em Cabo Verde tanto no sector público como no sector privado?
7. Há um Código de Ética do Assistente Social em Cabo Verde?
8. No exercício profissional quais são as legislações que orientam a acção profissional se não há um código de ética que regula a profissão em Cabo Verde?
9. Existem algumas entidades ou associações ligadas à profissão em Cabo Verde?
10. O que é preciso para actuar como Assistente Social?
11. Quais são as dificuldades encontradas na inserção profissional no mercado de trabalho?
12. Como caracteriza a trajectória profissional do Serviço Social antes e depois da independência?
13. Como se formam os Assistentes Sociais, ao longo da sua trajectória profissional?
14. Qual é o significado que atribui ao processo da construção identitária do Serviço Social em Cabo Verde?

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Este guião de entrevista dirigido às ONG's que têm Assistentes Sociais que trabalham com o desenvolvimento comunitário, visando desenvolver do objecto de estudo que procura analisar o papel do Assistente Social como Mediador Social no processo de Desenvolvimento Comunitário, com o objectivo de desenvolver e realizar trabalho de monografia para obtenção de licenciatura em Serviço Social na Universidade Jean Piaget de Cabo Verde.

1. Em quais comunidade (s) a ONG actua?
2. Quando a ONG começou a actuar nessa comunidade?
3. Porquê a Comunidade X?
4. Quais são os objectivos para o desenvolvimento da comunidade?
5. Qual é a relação entre a comunidade e a vossa ONG?
6. Quais são as vantagens dos projectos de desenvolvimento comunitário?
7. Quais são as políticas do desenvolvimento comunitário adoptados pela instituição, ONG e/ou associação comunitária?
8. Quais são os constrangimentos encontrados durante a actuação por parte da instituição numa determinada comunidade?
9. Qual é o Papel do Assistente Social como Mediador Social no Processo de Desenvolvimento Comunitário?
10. Qual é a relação entre a comunidade, instituição social/ONG/associações comunitárias e Assistente Social no desenvolvimento comunitário?